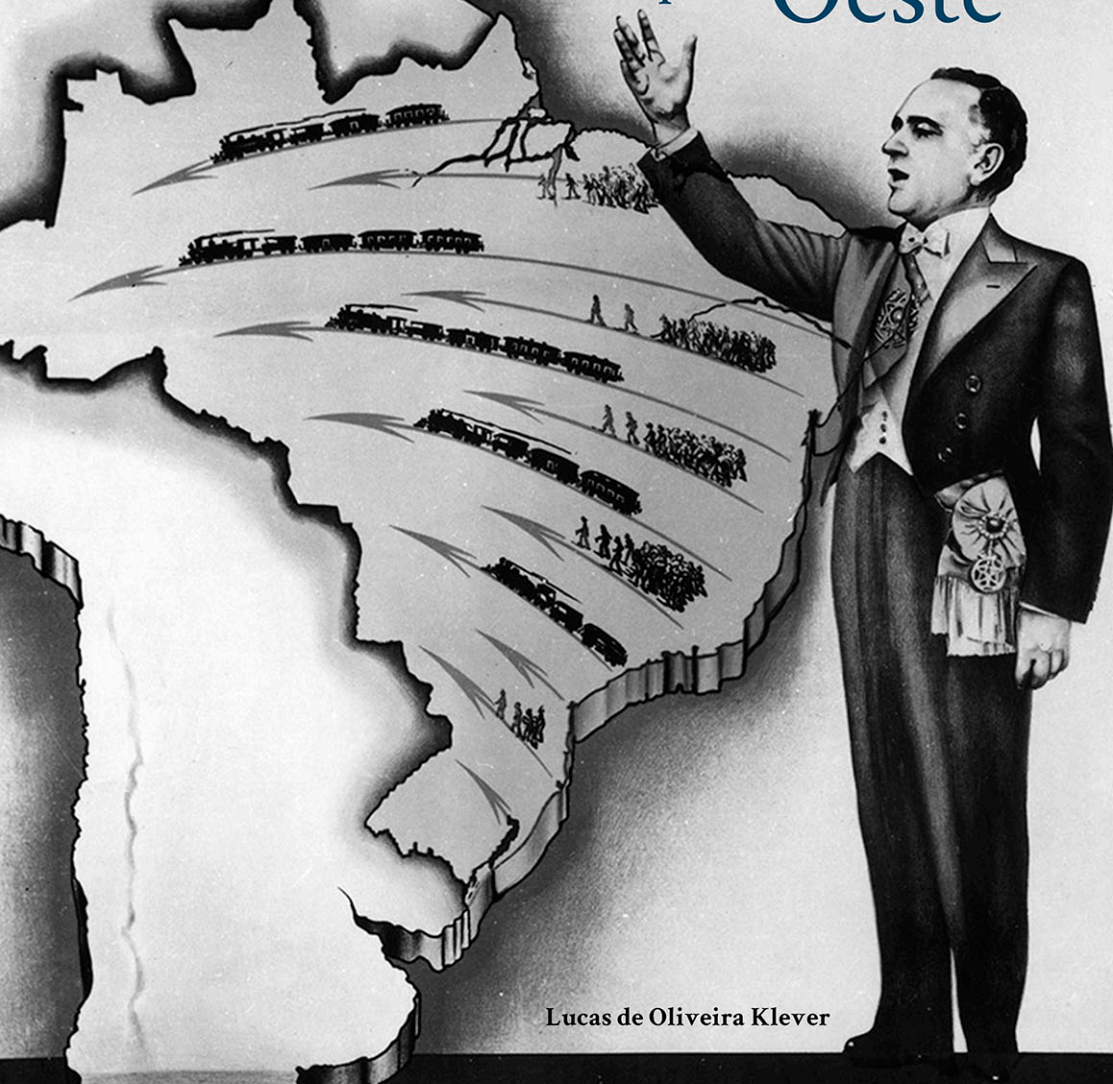


# “A Marcha para Oeste”



Lucas de Oliveira Klever

Políticas de povoamento e incentivo  
econômico para o norte e o centro-oeste na  
Revista Cultura Política (1941-1945)



Esta obra pretende analisar, através de pesquisa em fontes impressas e de uma análise crítica dessas fontes, o discurso oficial do Estado Novo, através de seus intelectuais e colaboradores. Especificamente, será abordado o projeto do governo Getúlio Vargas conhecido como “Marcha para Oeste”, por meio de um exame dos artigos sobre o tema publicados na revista *Cultura Política* (1941-45), editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e dirigida por Almir de Andrade. Visamos entender como os intelectuais justificavam a importância da ocupação do interior para a formação da nação, os meios de se realizar tal ocupação e a visão dos intelectuais que colaboravam com a revista, entre eles José de Mesquita, Beneval de Oliveira e Cassiano Ricardo. Este último publicou, em 1940 o livro “Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil”. A exaltação do povoamento do Oeste brasileiro também se verificava no discurso do presidente da República, Getúlio Vargas, que, em um dos volumes da revista, em 1943, definiu a marcha como uma jornada decisiva para o futuro, pois um mundo novo e forte acordava no Oeste brasileiro, com um solo fértil a ser ocupado sob a égide de seu governo autoritário. O tema é de extrema importância na publicação, pois foi abordado em várias edições durante o mesmo ano e em anos seguintes, até o fim do Estado Novo. Ressalta-se, além disso, o caráter propagandista do Regime e de seus feitos no processo de interiorização do país, no sentido da proteção dos recursos naturais e minerais e do incentivo a sua exploração, sob a liderança do Estado nacional. Para isso, o governo planejou uma série de medidas com o objetivo de fixar os homens sertanejos a sua terra, através da criação de núcleos agrícolas, da educação rural, da distribuição de ferramentas, do incentivo ao uso de maquinário e às habilitações técnicas, de políticas de alimentação, crédito, assistência médica, social e transportes. Assim, a realização da pesquisa neste material é relevante para entendermos uma das principais características do nacionalismo varguista, pois, segundo o discurso do presidente, a Marcha para Oeste era o verdadeiro sentido da brasilidade e do futuro da nação.



**A marcha para oeste**

## *Direção Editorial*

---

Lucas Fontella Margoni

## *Comitê Científico*

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Murari**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

**Prof. Dr. Gislene Monticelli**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

**Prof. Dr. Tatyana de Amaral Maia**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

# “A Marcha Para Oeste”

**Políticas de povoamento e incentivo econômico para o norte  
e o centro-oeste na Revista Cultura Política (1941-1945)**

Lucas de Oliveira Klever



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

KLEVER, Lucas de Oliveira

A marcha para oeste: políticas de povoamento e incentivo econômico para o norte e o centro-oeste na Revista Cultura Política (1941-1945) [recurso eletrônico] / Lucas de Oliveira Klever -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

106 p.

ISBN - 978-85-5696-794-7

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Estado Novo; 2. Cultura Política; 3. Marcha para Oeste; I. Título.

---

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Dedico esta monografia aos meus anos de muito estudo, ao constante apoio dos meus pais em todas ocasiões, as minhas amadas avós, e aos amigos que fiz nesta trajetória, por todo carinho, fé nos meus sonhos.





## Agradecimentos

Primeiramente, aos meus pais, Cezar Augusto Klever e Gelsa de Oliveira Klever, por confiarem nos meus sonhos e estarem ao meu lado nos momentos bons e difíceis da vida, me proporcionando apoio e conforto imensuráveis.

A Luciana Murari, minha orientadora, por desde o início da minha vida acadêmica confiar no empenho do meu trabalho, pelos ensinamentos, pelo carinho, pelas conversas e por proporcionar pesquisas que deram vida a este trabalho.

As minhas avós, Laila e Ivonne, por ajudarem a me tornar o homem que sou hoje. E acima de tudo, pelo constante carinho e apoio.

Aos meus tios avôs, Maria e Levy, pelas conversas, churrascos, histórias de vida e por sempre estarem presentes, prestando suporte.

As minhas queridas dindas, Gelsa (Titá) e Gelcy, pelo amor e carinho que sempre me proporcionaram desde pequeno.

A Vitória Guilloux, por ter conquistado o meu coração e estar ao meu lado desde o início da vida acadêmica, vivenciando das mesmas experiências e dificuldades, além de trazer felicidade aos meus dias mais difíceis.

A professora Eliana Ávila Silveira, por me proporcionar a primeira experiência de um professor, nas salas de aulas, através da sua longa experiência.

Aos amigos mais próximos Mariana Bernucci, Esther Lya, Margareth Contessa, Jaqueline Oliveira, Anielly Tedesco, Eduardo Haas, Gabriel Cabral, pelos momentos únicos, divertidos, conversas, trabalhos, durante a vida acadêmica.

E por fim, as minhas primas, Luiza Caldasso e Chloé Caldasso. Para a primeira, por estar sempre disposta a me ouvir sobre diversos

problemas e pelo carinho. E a segunda pela paciência mútua, correções e pela troca de experiências com a cultura norte-americana.

Aos que não citei, também guardo na memória ou no coração.

## **Marcha para Oeste**

Carlos Galhardo

Eu vou para o Oeste  
Adeus meu amor  
O beijo que me deste  
Levarei para onde for  
Levo teu beijo comigo  
Guardado em meu coração  
Mas ao voltar hei de te dar  
Em troca de um beijo, um milhão  
Teus lindos sonhos de agora  
Realidade serão  
Quando eu voltar, para pagar  
Teu beijo que vale um milhão



## Lista de siglas

DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNI	Departamento Nacional Imigração
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
DEIP	Departamento Estadual Imprensa Propaganda
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SAVA	Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagens
IAN	Instituto Agrônômico do Norte
FBC	Fundação Brasil Central



# Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>17</b>
<b>1</b> .....	<b>23</b>
<b>Contexto Geral: Estado Novo, seus objetivos e seus projetos</b>	
1.1) Estado Novo: propaganda política e cultural .....	25
1.2) O DIP e a Revista Cultura Política .....	27
1.3) Intelectuais do Estado Novo .....	31
1.4) Fronteira e Oeste .....	38
<b>2</b> .....	<b>48</b>
<b>A Marcha para Oeste e a política demográfica no discurso do Estado Novo</b>	
2.1) O controle da imigração e a campanha de nacionalização .....	60
2.2) A Expedição Roncador Xingú e o apoio da Fundação Brasil Central .....	63
2.3) O bandeirantismo histórico como justificativa ao projeto político e um dos seus principais defensores, Cassiano Ricardo .....	68
2.4) A região Amazônica e suas riquezas como justificativa do projeto político .....	72
<b>3</b> .....	<b>79</b>
<b>A ação econômica do Estado nas áreas de expansão da fronteira segundo a <i>Cultura Política</i></b>	
3.1) Riquezas naturais e a história de sua regulamentação .....	80
3.2) Passado e presente: a história da política de comunicações e o plano nacional de viação .....	82
3.3) A criação de Institutos na proteção da economia nacional: o Instituto Agrônomo do Norte e o vale Amazônico .....	87
<b>Conclusão</b> .....	<b>95</b>
<b>Fontes</b> .....	<b>98</b>
Referências .....	100
<b>Anexos</b> .....	<b>105</b>





## Introdução

Durante o regime do Estado Novo (1937-45), o interior do Brasil, a chamada hinterlândia<sup>1</sup>, era um espaço escassamente povoado e aparentemente de pouco interesse para os governos centrais anteriores, desde o período da colonização. Um dos objetivos do regime varguista era consolidar a unidade nacional, e para isso criaram-se planos para ocupar e conquistar definitivamente o território brasileiro. O Estado Nacional tornou-se responsável por organizar a nação brasileira, principalmente pela falta de informações confiáveis para descrevê-la. Dentro deste contexto, as “fronteiras” do país adquiriam um sentido muito mais complexo, não apenas separando territórios, o povo; entretanto, deslocava-se internamente, ocupando o vazio e o desconhecido (GOMES, 2002, p. 169).

A “Marcha para Oeste” foi um projeto político desenvolvido pelo regime estado-novista para o enfrentamento de um problema histórico, anunciado na Rádio Nacional em 31 de dezembro de 1937. Seu objetivo era povoar o interior do país, incorporando os “territórios esquecidos” à economia nacional e recuperando suas riquezas “abandonadas” desde os tempos coloniais. O governo buscava solucionar um dos maiores males do país, a precária ocupação do interior, que precisava ser povoado e civilizado, na visão do governo e de seus intelectuais (GOMES, 2002; OLIVEIRA, 2000).

Para dar crédito ao seu projeto político da “marcha para Oeste”, o Estado Novo utilizou-se do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e de uma das publicações oficiais, lançada em 1941, a revista “*Cultura Política*”, responsável por descrever objetivos e ações

---

<sup>1</sup> Hinterlândia/Hinterland: literalmente significa “terra de trás” de uma cidade ou porto, referindo-se a parte menos desenvolvida de um país, sendo sinônimo de sertão ou interior. Termo utilizado pelos intelectuais da época.

governamentais, enaltecendo e reforçando o projeto de ocupação do interior em todas suas edições até 1945. Devido ao seu caráter fortemente teórico e programático da revista, acredita-se que tinha seu público-alvo focado na elite do país. Ela contou com a participação de ideólogos do regime, como Almir de Andrade (diretor da revista), Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Viana e personalidades como Cassiano Ricardo, Graciliano Ramos, Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré.

Dentro da revista *Cultura Política*, surgiu a questão – que se tornou o problema da pesquisa: como os intelectuais justificaram a importância da “marcha para Oeste”? Existia um consenso nestas justificativas dentro das publicações?

Contextualizando, brevemente, viu-se necessário trabalhar com o conceito de “*frontier*” (fronteira), utilizado na “marcha para Oeste” dos Estados Unidos e amplamente difundido entre os nossos intelectuais, sob a perspectiva de Frederick Jackson Turner, autor da obra “*The Frontier in American History*”, de 1893. O contexto da nossa “marcha para Oeste” foi completamente diferente do caso norte-americano; entretanto, a importância de compreendermos a origem das ideias e do pensamento dos intelectuais brasileiros, reforça o destaque de Turner.

Cassiano Ricardo teve grande influência do pensamento de Turner, ficando conhecido como “um Turner autoritário”, segundo uma observação feita por María Verónica Secreto (2007) que reforça o seu caráter americanista, no qual o Leste seria voltado para a Europa e o Oeste era o verdadeiro sentido de ser brasileiro. Ricardo também foi o expoente de uma das justificativas apresentadas pelos intelectuais, no qual o papel da “marcha histórica” dos bandeirantes rumo ao interior do país e suas riquezas representava a força necessária para desbravar o interior.

Para entendermos a forma como o Estado Novo e seus intelectuais justificaram a Marcha para Oeste, foi necessário introduzirmos a política demográfica e econômica, além das principais medidas implementadas pelo governo para atingir os objetivos do projeto político e do regime. Nesse sentido, o governo promoveu uma nova política imigratória, endu-

recida pela ascensão do nazismo e do fascismo na Europa, coordenada pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI), responsável por enviar contingentes populacionais ao norte e para as regiões desocupadas do centro-oeste. Também tratou de regular as riquezas que seriam encontradas na “marcha para Oeste”, através da criação e das edições do Código de Minas (GARFIELD, 2013; CASTRO, 2011).

O corte cronológico desta pesquisa contempla o período de 1941 a 1945, sendo seu corpus formado por uma seleção de artigos publicados na revista *Cultura Política*. Podemos considerar que, neste período, o tema foi recorrente entre os intelectuais. O livro de Cassiano Ricardo, “*Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*” (1940), dedica-se inteiramente a interpretar o bandeirantismo histórico e as primeiras bandeiras como metáforas da ação governamental. A partir da criação das revistas do regime (*Cultura Política* e *Ciência Política*), abriu-se espaço para a divulgação dos projetos do governo e da visão dos intelectuais.

Os estudos e pesquisas sobre a “Marcha para Oeste” são muito recentes na historiografia. No ano de 2002, temos umas das primeiras pesquisas, através da publicação de um artigo de Sérgio Lopes, apresentando “*O Território Federal do Iguçu no contexto da “Marcha para Oeste”*”, com o objetivo de demonstrar que a criação desse território federal se insere no grande projeto de ocupação e nacionalização de fronteiras consubstanciados na campanha denominada “Marcha para Oeste”, do Governo de Getúlio Vargas. O autor inseriu-se dentro da chamada História Cultural e Política, trabalhando na sua pesquisa com autores como Ângela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi, além de outros na mesma linha de pensamento. Principalmente, focou a criação do território federal de Iguçu, dentro da “Marcha para Oeste”, ou seja, da ocupação das regiões de fronteira, buscando oferecer as condições mínimas de organização social e econômica para a fixação do homem.

Em 2007, Gabriela Carames Beskow submeteu um artigo para os anais da ANPUH, intitulado de “*Marchando para Oeste – Discursos Sobre*

as *Políticas Vargasistas de Integração Nacional*”, tendo como objetivo analisar os discursos elaborados por intelectuais e técnicos ligados ao Estado durante o primeiro governo Vargas (1930 – 1945), por meio de seus artigos divulgados em produções oficiais, que buscavam legitimar as políticas de integração nacional promovidas neste período. A autora inseriu-se do campo da História Política e Cultural, analisando os discursos destacados como relevantes para a integração do campo e do homem rural ao processo de desenvolvimento nacional, e os debates sobre a organização territorial do país, que visava promover o desenvolvimento das regiões e a ocupação racional do interior.

Joel Orlando Bevilaqua Marin, Delma Pessanha Neves, em 2013, organizaram uma coletânea denominada de “*Campesinato e Marcha para Oeste*”, que agrega diversos estudos sobre os conflituados espaços de construção de oestes, no contexto da Marcha para Oeste. Esta coletânea, devido a sua diversidade, inseriu-se em diversos campos historiográficos, como a História Política, Cultural e Social. Foi estudada a expressão de formas de constituição e reprodução do campesinato brasileiro, com um objetivo fundamental de demonstrar como os processos violentos de construção do celebrado desenvolvimento fundamentaram-se em invenções e reinvenções de fronteiras, às custas de reprodução de processos de massacre de camponeses e índios.

Mais recentemente, em 2016, tivemos a dissertação de mestrado de Camila Comerlato Santos, intitulada de “*Território Federal De Ponta Porã: O Brasil de Vargas e a Marcha Para Oeste*”, com o objetivo de analisar de que maneira as iniciativas federais, sobretudo a “Marcha para Oeste”, durante o Estado Novo, influenciaram na criação do Território Federal de Ponta Porã (1943-1946). Dessa forma, este trabalho insere-se dentro da História Política, demonstrando de que maneira a criação do Território Federal de Ponta Porã estava inserida na política de nacionalização do Estado Novo, sobretudo no que tange às questões de ocupação territorial e fronteira do país. Em um segundo momento, reflete-se acerca da realidade da região em que foi criado o Território Federal de

Ponta Porã, o sul de Mato Grosso, no período em contexto. Esta autora trabalhou com diversos historiadores da chamada História Cultural e Política, assim, como Daniel Pécaut, Ângela de Castro Gomes, Mônica Velloso, além de historiadores econômicos, como Eric Hobsbawm.

Sobre a questão Amazônica, tivemos o artigo de Rômulo de Paula Andrade, em 2010, denominado “*Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta*”: *Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-41)*. O autor analisou a “Marcha para Oeste” na Amazônia, através do discurso oficial do periódico. Também utilizou conceitos de Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Alfredo Ladislau sobre clima, raça e civilização para demonstrar o ideário formulado pelo Estado Novo.

A partir deste panorama, chegamos ao presente trabalho, dividido em 3 capítulos. O primeiro capítulo trata do contexto histórico do Estado Novo, com seus objetivos e projetos. Também aborda a forma que como o regime organizou a sua propaganda política e cultural, principalmente através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e das suas principais publicações. Em um dos subcapítulos, criou-se uma tabela que demonstra a recorrência do tema da Marcha para Oeste durante a publicação da revista *Cultura Política*. O papel dos intelectuais também é discutido, juntamente com os principais conceitos que são pertinentes ao trabalho, além do debate acerca da “fronteira” e do “Oeste”.

O segundo capítulo abordou diretamente os artigos selecionados, nos quais os intelectuais trabalham com a política demográfica da “marcha para Oeste”, procurando justificar medidas para o povoamento e colonização da hinterlândia. Nos subcapítulos, também trataram-se questões próximas ao povoamento, como o controle da imigração, a campanha de nacionalização, a criação da Fundação Brasil Central, a Expedição Roncador Xingú, a importância da Amazônia e suas justificativas e o bandeirantismo histórico.

Já o último capítulo tratou de esclarecer as ações econômicas do Estado nas áreas de expansão da fronteira. Para isso, utilizaram-se os

artigos selecionados na revista, também foi estudada a preocupação do Estado Novo em criar uma legislação, como o Código de Minas, para regular e proteger as riquezas que seriam encontradas no “desconhecido Oeste”. Os planos de comunicações e viação, a criação de institutos para defender a economia, também fizeram parte dos subcapítulos, inseridos diretamente no projeto político da “marcha para Oeste”.

## **Contexto Geral:**

### **Estado Novo, seus objetivos e seus projetos**

O presente capítulo pretende demonstrar o contexto criado pelo Estado Novo (1937-45), como os seus principais objetivos, a sua política cultural e os seus intelectuais, que tiveram um papel essencial em vários projetos do governo estado-novista, como a própria “Marcha para Oeste”.

O Estado Novo, decretado em 10 de novembro de 1937, se constituiu como um Estado forte, comandado por um líder carismático, com facilidade no apelo às massas. A centralização imposta pelo regime, junto à supressão de direitos, eram parte de características específicas de regimes do período, como o nazismo na Alemanha, o salazarismo em Portugal, o fascismo na Itália e o franquismo na Espanha. Tal aproximação com estas características, aparecem na crítica à democracia liberal e a decretação do Estado autoritário (CAPELATO, 2003, p. 109).

A reforma política foi conduzida sob a liderança de Getúlio Vargas, o grande articulador e líder das massas. O apoio do Exército<sup>1</sup> foi essencial para a decretação do Estado Novo e o povo foi comunicado de todo o processo pelo rádio, um dos principais meios de comunicação da época. A proposta do governo era inovadora com o papel do líder; entretanto, principalmente com a apresentação de uma identidade nacional coletiva e o fim dos regionalismos. Azevedo Amaral<sup>2</sup> definiu o regime como uma “necessidade” e “inevitabilidade”, que viria adequar as instituições frente à realidade do país (CAPELATO, 2003, p. 110).

---

<sup>1</sup> Generais Góis Monteiro, Daltro Filho, Eurico Gaspar Dutra (nomeado Ministro da Guerra em 1936), apoiaram o golpe.

<sup>2</sup> Foi um dos ideólogos mais importantes do Estado Novo, vindo a falecer em 1942.

O Estado Novo adotou inúmeras medidas para promover o desenvolvimento econômico e social. O governo, antes de tudo, precisava assegurar a sua legitimidade, pois Vargas tinha conseguido decretar o Estado Novo através de um golpe, ou seja, de um estado de emergência frente ao que será grande perigo para Nação, o comunismo. Tal ameaça foi justificada através de um documento forjado, denominado de Plano Cohen<sup>3</sup>, divulgado em setembro de 1937. Após a concretização do golpe, a propaganda política e a repressão aos opositores foram essenciais para a sua legitimação.

Os meios de comunicação foram censurados e os órgãos opositores foram silenciados. Aos meios de comunicação cabia somente uma tarefa, segundo Maria Helena Rolim Capelato (2003), enaltecer a figura de Vargas e do regime. Aos poucos, criava-se a imagem do presidente da República como conciliador das classes e protetor dos oprimidos. E a partir de 1937, no plano econômico, foi posto em prática o projeto que colocava o Estado como o principal agente da política econômica. Como veremos mais para frente, intelectuais do regime, como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, concordavam com a necessidade de um Estado forte e interventor no jogo econômico, além da crítica ao liberalismo inadaptável à realidade brasileira (OLIVEIRA, 1982).

Getúlio Vargas tinha como meta principal superar o atraso econômico e transformar o Brasil num país desenvolvido. A legislação trabalhista visava resolver os conflitos entre patrões e operários e controlar as atividades dos sindicatos. Houve, então, a regulamentação do regime de sindicato único e o imposto sindical, controlado pelo Ministério do Trabalho. Em 1942, foi instituído o salário mínimo e, ao longo dos anos, as leis do mundo do trabalho foram sistematizadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (CAPELATO, 2003).

---

<sup>3</sup> Documento divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista, contendo um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. Anos mais tarde, ficaria comprovado que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo (FGV, CPDOC).



No entanto, essa política concebida do alto, sem a participação efetiva dos interessados, representou uma nova forma de controle social, mais eficaz porque recorreu a um imaginário que encontrava terreno fértil entre os trabalhadores. Ela era, também, mais adequada às novas condições internacionais da ordem capitalista porque introduziu, com a legislação social, um domínio mais direto sobre as ações dos operários (CAPELATO, 2003, p. 121)

Apesar dos altos preços, baixos salários, reclamações dos trabalhadores, Jorge Ferreira (1997) demonstra, através de cartas enviadas ao chefe do governo, que muitos trabalhadores foram gratos a Getúlio Vargas pelas leis e benefícios recebidos através da política trabalhista do Estado Novo. Uma parcela significativa mostrava-se satisfeita; entretanto, outra tentava reagir ao controle estatal e à perda da liberdade política. Esses não tiveram voz, pois o regime centralizador, autoritário, tratou de calar os opositores (CAPELATO, 2003).

### **1.1) Estado Novo: propaganda política e cultural**

A base de apoio do governo, diante de tais insatisfações, foi a ampliação da propaganda política. O regime, neste âmbito, copiou as ideias da máquina de propaganda nazista, liderada por Joseph Goebbels<sup>4</sup>. Esta máquina serviu como forma de buscar apoio das massas para sustentar as decisões políticas do regime. O papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, foi essencial para exaltar os projetos do governo, além de evitar a concorrência das diversas influências externas/internas à construção de uma identidade nacional, principalmente daquelas consideradas exógenas (fascismo, comunismo) (GOMES, 1996; OLIVEIRA, 1982).

O seu principal objetivo era coordenar e fiscalizar a propaganda em todos âmbitos: rádio, revistas, jornais, inclusive no campo da educação e nos sindicatos. Através destes meios, propagavam-se os valores ideológicos

---

<sup>4</sup> Político e Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista entre 1933 e 1945.

do regime, reforçando a exposição de projetos de governo, preocupações e discursos dos governantes e intelectuais. Os organizadores da propaganda buscavam símbolos para a adesão e consentimento da sociedade, como a bandeira e a figura de Vargas (GOMES, 1996; OLIVEIRA, 1982).

Para Capelato (2003, p. 123), o exemplo clássico da propaganda é o cartaz em que o mapa do Brasil aparece colorido de verde, tendo ao centro, a bandeira brasileira com a imagem de Getúlio Vargas. Proclamando os valores do Estado Novo, lá estava escrito como os brasileiros estavam fortes e unidos, guiados pela grande trindade nacional, ou seja, a Pátria, a Bandeira e o Chefe. Os símbolos também eram reforçados nas escolas, pois a ideia era criar o homem novo, o país novo e a sociedade nova. A ideia de enaltecer a figura do líder e sua relação com as massas, mostrava a preocupação do governo em formar uma identidade nacional (CAPELATO, 2003). Como podemos observar a seguir:

Se todos os brasileiros são irmãos, o Brasil é uma grande família. Realmente, é uma grande família feliz quando há paz no lar. Quando os membros não brigam. Quando não reina discórdia [...] O chefe do governo é o chefe do Estado, isto é, o chefe da grande família nacional. O chefe da grande família feliz [...] (CAPELATO, 2003, p. 124)

A produção cultural do período ficou a cargo do ministro da Educação, Gustavo Capanema. O Estado Novo definiu o que deveria ser produzido e incentivou certas obras em detrimento de outras. Segundo Capelato (2003), a cultura foi entendida como suporte da política e, nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram. A cultura tinha a tarefa política de contribuir para a unidade nacional (VELLOSO, 2003). Isso se daria através de uma cultura que atingisse toda a coletividade, diferente de uma cultura acessível a poucos indivíduos, ou seja, de elite.

O artista era definido como socializador em nível nacional e unificador em nível internacional. Os nossos temas, motivos típicos, deveriam ser utilizados pelo artista, então a arte se voltou para fins utilitários, divulgando a doutrina política do governo. Apesar de muitos artistas e intelectuais serem contra o autoritarismo proposto pelo Estado Novo,

acreditavam que a defesa do nacional e o desenvolvimento da cultura brasileira junto a Capanema, garantia que a nossa cultura não fosse ameaçada por culturas estrangeiras. Desta forma, se deu uma convivência “pacífica” entre os intelectuais e artistas reunidos no Ministério da Educação, pela figura de Capanema que, nas palavras de Sérgio Miceli, erigiu um território livre infenso às salvaguardas ideológicas do regime. O limite de tolerância era claro: a proibição do exercício da crítica. A política de conciliação no campo cultural do Estado Novo permitiu que posições político-ideológicas bem diversas participassem do projeto de cultura ao lado de Gustavo Capanema. (CAPELATO, 2003).

Dessa forma, coube à Divisão de Cinema e Teatro do DIP realizar a censura prévia de filmes. O interessante é que documentários cinematográficos mostravam comemorações, festividades públicas, realizações do governo, atos das autoridades, exaltando os feitos do Estado Novo. Havia, inclusive, um concurso com prêmios em dinheiro para os melhores documentários, o que levava os produtores a abordarem temas laudatórios ao regime (GARCIA, 1982; CAPELATO, 2003).

O nacionalismo cultural preocupou-se com a música brasileira, com letras adequadas aos valores do regime. Principalmente através da exaltação do trabalho e da nacionalidade, símbolos do Estado Novo. A “Aquarela do Brasil” de Ary Barroso e a personalidade de Heitor Villa-Lobos, foram exemplos claros dos objetivos de divulgar a música em nível nacional, assim, ressaltando a ideia de unidade. A música não foi o único âmbito privilegiado pela propaganda do regime, pois as artes plásticas e a arquitetura também demonstravam a grandiosidade do projeto estado-novista (CAPELATO, 2003).

## **1.2) O DIP e a Revista Cultura Política**

O papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, foi essencial para exaltar os projetos do governo, além de evitar a concorrência das diversas influências externas/internas à construção

de uma identidade nacional. O seu principal objetivo era coordenar e fiscalizar a propaganda em todos âmbitos: rádio, revistas, jornais, inclusive no campo da educação e nos sindicatos. Através destes meios, propagavam-se os valores ideológicos do regime, reforçando a exposição de projetos de governo, preocupações e discursos dos governantes, artistas e intelectuais (GOMES, 1996; OLIVEIRA, 1982).

Este órgão aperfeiçoou e ampliou as atividades desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP). A direção do órgão permaneceu nas mãos de Lourival Fontes<sup>5</sup>. As atividades do DIP distribuíam-se em cinco divisões: divisão de divulgação; rádio; cinema; teatro e imprensa. A divisão de divulgação tinha a função de elucidar as opções doutrinárias do regime, mostrando o combate a ideias que fossem contra a unidade nacional. Já as divisões de teatro e do cinema cuidavam da censura de todos filmes e representações teatrais. Da mesma forma, a divisão de imprensa cuidava de toda censura à imprensa (jornais, revistas etc). Um ano após a sua fundação, o DIP, teve seu poder ampliado com a instalação de um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), em cada estado do país (ARAÚJO, 2018).

Em 1941, o governo lança uma revista oficial do regime, intitulada de *Cultura Política*, com o objetivo de atingir o público mais letrado do país. Isso se deve ao seu caráter fortemente teórico, quando comparado à revista *Ciência Política*, também lançada naquele ano. Ambas revistas foram publicadas entre 1941 e 1945, sendo vendidas nas principais bancas de revistas de São Paulo e Rio de Janeiro. O diretor da revista *Cultura Política* foi Almir de Andrade, indicado por Getúlio Vargas. Assim, fica claro que: “as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política* são exemplos significativos do arcabouço doutrinário do regime [...]” (OLIVEIRA, 1982, p. 11)

Segundo Capelato (2003), as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*, dirigidas por Almir de Andrade e Pedro Vergara, respectivamente,

---

<sup>5</sup> Jornalista, responsável pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) entre 1934 e 1937, posteriormente pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939.

assim como alguns jornais varguistas como *A Manhã* e *A Noite* publicaram artigos que variavam de uma ponta ideológica até a outra, ou seja, da extrema direita católica aos comunistas. Dessa forma, podemos constatar como intelectuais com posições ideológicas diversas viviam em “harmonia” durante o regime estado-novista. A revista *Cultura Política*, para esta autora, publicava artigos elaborados por intelectuais que produziam discursos de orientação ideológica sobre o Estado Novo, expondo seus principais projetos e exaltando o papel de Getúlio Vargas. Também podemos constatar que intelectuais com posições ideológicas diversas viviam em “harmonia” durante o regime estado-novista. A Revista *Cultura Política* é prova disso, com a participação de ideólogos do regime, como Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Viana e personalidades associadas à direita e à esquerda, como Cassiano Ricardo, Graciliano Ramos, Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Cândido Motta Filho (SANTOS, 2016).

A Marcha para Oeste nesta pesquisa contempla o período de 1941 a 1945, caracterizado pela publicação de uma série de artigos dos intelectuais na revista *Cultura Política*. Podemos considerar que, neste período, a recorrência do tema entre os intelectuais foi de extrema importância na revista e no espaço intelectual vigente. Isso se comprova também através do livro de Cassiano Ricardo, “*Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*” (1940), que é dedicado inteiramente a explicar como o governo utilizou-se dos bandeirantes históricos e como se organizaram as primeiras bandeiras. A partir da criação destas revistas do regime (*Cultura Política* e *Ciência Política*), abriu-se espaço para a divulgação dos projetos do governo e da visão dos intelectuais.

Tal recorrência do tema pode ser observada através do levantamento realizado durante os anos de publicação da revista, disponível na tabela 1 da seção “anexos” deste trabalho. Também foram incorporadas

informações referentes ao cargo dos autores durante o período em que publicaram na revista *Cultura Política*, através de informações obtidas na própria revista. Neste levantamento, também foi possível constatar que o tema da “Marcha para Oeste” diminuiu consideravelmente em número de publicações a partir do ano de 1942; todavia, não perdendo sua recorrência e relevância para os projetos do governo. Segundo Rômulo de Paula Andrade (2010), a justificativa para esta diminuição se dá pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a consequente publicação de artigos relacionados a este tema:

[...] produção de artigos pelos escritores do periódico “*Cultura Política*”, publicados entre 1941 e 1942, anos nos quais a revista se dedicou a temas regionais, em oposição ao período posterior (1942-1945), no qual temas militares ocuparam mais espaço em decorrência da Segunda Guerra Mundial (ANDRADE, 2010, p. 454)

Desde o início da sua publicação em 1941, a revista *Cultura Política* apresenta uma diversidade de temas sobre o Estado Novo, que permite deduzir que a publicação não era uma mera propaganda estampada nas páginas. A escrita e os seus tópicos nos permite inferir que era direcionada para um público que pudesse compreender suas propostas, como a própria elite dirigente do país.

Podemos citar alguns exemplos: a economia nacional; a siderurgia; o nacionalismo; a política de comunicações; problemas na educação; evolução da política migratória; panoramas da atividade governamental; quadros e costumes de regiões do país; a importância da Amazônia; a legislação social e a agricultura; os problemas da unidade nacional; a imigração no Brasil; órgãos de defesa da Economia Nacional e as suas funções; a Marcha para Oeste; o bandeirantismo; aspectos da riqueza nacional; o estudo das metrópoles; o desenvolvimento ferroviário; a pesquisa de petróleo; a central do Brasil; os garimpos; a geografia humana etc.

A ideia aqui não é aprofundar o estudo dos tópicos que a revista *Cultura Política* oferecia, apenas apresentar a vastidão de tópicos que

foram abordados ao longo do período de sua publicação. Vale ressaltar que nem todos artigos da revista possuem autoria. Um dos aspectos mais interessantes foi a participação heterogênea na publicação, desde poetas da Semana de Arte Moderna de 1922, até intelectuais de diferentes tendências políticas e governantes do Estado Novo. Alguns dos nomes que mais apareceram desde o início da publicação: Murilo Araújo (poeta), Mário Travassos (militar), Raul de Azevedo (jornalista), Nelson Werneck Sodré (militar, historiador), Esperidião de Farias Junior (secretário da Fazenda de Alagoas), Cassiano Ricardo (poeta, jornalista), Barbosa Lima Sobrinho (advogado, jornalista, político), José de Mesquita (poeta, historiador), Artur Hehl Neiva (membro do Conselho de Imigração e Colonização), Herman Lima (contista, crítico arte), Clóvis Gusmão (jornalista) etc. A lista poderia ser imensa; todavia, acredito que já podemos ter uma noção do quadro proposto por Almir de Andrade para a publicação.

### 1.3) Intelectuais do Estado Novo

A partir de 1930, os intelectuais direcionam sua atuação para o Estado, inspirados na década de 1920, com a busca das raízes, o ideal de brasilidade e as preocupações em torno do movimento modernista para construir a “verdadeira” identidade nacional (VELLOSO, 1983).

Os intelectuais que colaboraram com a *Cultura Política* assumiram o papel na construção da identidade nacional, criando um diagnóstico para os problemas do país e também as pretensas soluções. O tema da fragmentação da sociedade em regionalismos exacerbados reúne a ideia de muitos deles em torno de um Estado forte, centralizador, capaz de fortalecer a unidade nacional. Podemos citar alguns ideólogos do Estado Novo, responsáveis por diagnósticos e soluções em diferentes planos: Francisco Campos, Oliveira Viana (campo jurídico), Azevedo Amaral (campo econômico), Jackson de Figueiredo (campo espiritual) (VELLOSO, 2003). O pensamento dos ideólogos do regime e intelectuais

possui uma solução autoritária, o que denominam de “verdadeira democracia” ou “democracia autoritária”.

Para compreendermos o que são intelectuais, este trabalho utiliza conceitos ligados à História Política, mais especificamente dentro de uma de suas ramificações, a “História dos Intelectuais”. Os conceitos a serem trabalhados, são: “intelectual”, “geração”, “espaço de sociabilidade” e “microclima”, baseado nas reflexões de Jean-François Sirinelli. O fenômeno de estudo dos intelectuais é recente, e segundo René Rémond (1996), “o comportamento político dos intelectuais merecia por si só um estudo”. Isso se deve ao fato de que a “História dos Intelectuais” remetia à história política e ela estava sendo rejeitada a partir do surgimento da Escola dos Annales em 1929. Por esse motivo, a “História Nova”, inaugurada por Lucien Febvre e Marc Bloch não permitiu a abertura para este estudo naquele período (RÉMOND; SIRINELLI, 1996).

Recortou-se, então, a “História dos Intelectuais” em detrimento do estudo de uma “Cultura Política”, chegando-se a conclusões parciais. Somente em 1970 a “História dos Intelectuais” ganhou o seu devido valor, pois ocorria a evolução do status da história política e da história recente. Segundo Sirinelli (1996), agora existia uma verdadeira abordagem científica e iniciava-se o estudo do engajamento dos intelectuais. Os próprios historiadores tomavam consciência do seu contexto e começam a ser considerados pertencentes ao meio intelectual. Logo, com esta abertura, inaugurou-se o estudo das gerações de intelectuais que se sucederam na França do século XX e o mais importante não foi a renovação do status da história política ou a “História dos Intelectuais” em si e sim, a mudança de status do estudo das representações coletivas (SIRINELLI, 1996).

O grupo social dos intelectuais cresceu ao longo das décadas; entretanto, quando o intelectual desceu do seu trono, a história se tornou majestade e finalmente colocou-se em questão como os intelectuais influem na vida das sociedades, seja para o bem, seja para o mal. O conceito de “intelectual” para Sirinelli possui dois significados; o primeiro, que é amplo



e sociocultural, incluindo os mediadores e criadores culturais, e outro, baseado na noção de engajamento (SIRINELLI, 1996). Neste trabalho, usaremos o primeiro significado proposto pelo autor para “intelectual”, pois trabalha com os criadores e mediadores culturais que podem ser jornalistas, escritores, professores secundários, estudantes como futuros possíveis criadores. Ou seja, todos aqueles que criam e mediam a cultura daquele período. A escolha se deu pelo fato de que, durante o Estado Novo, a elite dirigente intelectual aproxima-se dessa concepção de Sirinelli, pois muitos intelectuais foram escritores, jornalistas etc.

Outro conceito caro para a realização deste trabalho é o de “geração”, pois trabalharemos com a Geração de 1930 e seus intelectuais. Para Sirinelli (1996), a geração é de fato uma peça importante na engrenagem do tempo. O conceito parece produto da natureza, constituindo-se num parâmetro invariável, um marco da inserção da sociedade na duração, por isso a necessidade de se definir o uso deste padrão para a leitura do tempo. E de fato, uma geração pode ser um fato natural, biológico ou cultural; todavia, também pode ser uma construção do historiador que classifica, rotula, identifica aquele período. O autor defende a geração como uma *escala móvel do tempo*, ou seja, uma geração padrão, regular, não existe.

A noção de periodização remete à de regularidade. Ora, os fatos inauguradores se sucedem de maneira forçosamente irregular e por isso existem gerações “curtas” e gerações “longas”. E assim como o econômico, o social, o político e o cultural não avançam no mesmo passo, e as gerações, em relação a esses diferentes registros, são de geometria variável, tal plasticidade também existe verticalmente em relação ao tempo (SIRINELLI, 1996, p.133)

Vale ressaltar que cada geração extrai dos seus primeiros anos uma memória coletiva, que marca toda sua vida, ou seja, as ideias de cada geração “não passeiam nuas pelas ruas”, pois elas estão inseridas no ambiente social e cultural do intelectual. Dessa forma, temos a importância do terceiro conceito a ser trabalhado, o “espaço de sociabilidade”. Estes lugares de sociabilidade atuam como espaços de elaboração intelectual. A sociabilidade gira em torno do fato que todo grupo de intelectuais

organiza-se ao redor de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e afinidades difusas, que são difíceis de apreender.

Aqui, o pensamento de Sirinelli sobre a memória coletiva “não passar sozinha pelas ruas”, inserida num ambiente social e cultural, fica claro ao relacionarmos influência mundial frente ao pensamento dos intelectuais nos anos 1930. O capitalismo liberal tinha levado o mundo à crise de 1929, o comunismo era o grande perigo frente ao conservadorismo e a ascensão de Hitler em 1933, do nazismo e fascismo, fortaleciam o aspecto autoritário ao redor do mundo. Então, Oliveira Viana e Francisco Campos apresentarem uma solução autoritária era o reflexo do contexto mundial.

O meio intelectual constitui, um “pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam, em torno da redação de uma revista ou de um conselho editorial de uma editora. No nosso caso, da revista *Cultura Política* (1941-45). O espaço também pode ser denominado de “rede de sociabilidade”, sendo responsável por estruturar os ideais em comum dos intelectuais, ou seja, os ideais sugeridos pelo Estado Novo, tratando-se de uma revista de cunho oficial. A revista é um espaço de fermentação intelectual, ao mesmo tempo um espaço de sociabilidade, com adesões e exclusões a partir das posições tomadas. Ela é essencial para a compreensão do movimento das ideias, ou seja, da influência de tal concepção em detrimento de outra. As estruturas de sociabilidade (espaços) variam conforme a época e os “salões”, por exemplo, constituíam uma importante casa na sociabilidade dos intelectuais.

[...] em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão (SIRINELLI, 1996, p. 249)

Por fim, o último conceito de extrema importância para esta pesquisa é o de “microclima”, que é secretado pelas “redes de sociabilidade”. A atividade e o comportamento dos intelectuais apresentam traços específi-

cos, então, o “microclima” caracteriza um microcosmo particular. Sirinelli (1996) afirma que a investigação das estruturas de sociabilidade dos sujeitos, os lugares onde trabalharam, publicaram, possibilita apreender de que forma os microclimas funcionam, ou seja, é possível entender e traçar um panorama de queda/ascensão das ideias de intelectuais (conjuntos sociais). Logo, o “microclima” também permite a compreensão da mediação/produção cultural nos seus determinados contextos.

Por exemplo, ao investigarmos a participação de um intelectual na revista *Cultura Política* teríamos a sua sociabilidade marcada por outros intelectuais e ideias que giravam em torno do autoritarismo estadonovista. Logo, seria possível compreender a queda das ideias ligadas ao capitalismo liberal, pois o diagnóstico dos intelectuais era de que este tinha conduzido o mundo ao fracasso econômico de 1929.

Segundo Sérgio Miceli, os intelectuais dos anos 1920-1945 eram originários de famílias oligárquicas em decadência, confrontados pelas dificuldades das carreiras tradicionais, vivendo um mundo de concorrência com a emissão de diplomas por novas faculdades. Na opinião de Miceli, o medo maior era a perda de *status*, pois teriam de renunciar ao estilo de vida da elite culta. A Revolução de 30 ofereceu-lhes empregos públicos, garantindo sua posição e interesses, logo era sua função defender o Estado (MICELI, 1979; PÉCAUT, 1990).

Já na opinião de Daniel Pécaut, a geração dos anos 25-40 não pediu ajuda do Estado para manter o *status* proposto por Miceli. Todavia, apresentou disponibilidade nos projetos de construção da sociedade e nação ao lado do Estado. A linguagem proposta pela geração era de poder, ou seja, impondo o seu papel como elite dirigente no projeto nacional. A república teria sido incapaz de constituir a nação, logo, os intelectuais projetaram a cultura e a vida intelectual a serviço da recuperação da “nacionalidade”, como um instrumento de restauração social e política (PÉCAUT, 1990).

A função destes pensadores, intelectuais, seria de forjar uma consciência nacional. Alberto Torres publicou “*O problema nacional brasileiro*”,

em 1914, sendo visto como o precursor dos pensadores autoritários. Com o Modernismo na Semana de Arte Moderna de 1922, ficou claro que o plano cultural e o político eram indissociáveis (PÉCAUT, 1990). A partir daí, começaram a nascer as ideias defendidas pelos intelectuais, como o autoritarismo e o conservadorismo. Segundo Pécaut, o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer, as concepções de Vacher de Lapouge ou de Gumplowicz, a psicologia de massas de Le Bon, autores populares no início do século XX, constituem tanto quanto o positivismo, a base do cientificismo destes pensadores.

Em estudo mais recente de Elide Rugai Bastos, na obra “*Intelectuais: sociedade e política*”, de 2003, a autora trabalha com a influência de Ortega y Gasset na revista *Cultura Política*, ressaltando a tarefa dos intelectuais durante o Estado Novo de elevar a população à esfera política, colocando a cultura a serviço da vida. Ortega foi um pensador espanhol, que escreveu sobre a crise no Ocidente e em periódicos argentinos, famoso pela tradução da obra “*A decadência do Oriente*”, de Spengler, lida por quase toda intelectualidade brasileira. Paulo Augusto de Figueiredo, Rosário Fusco e Almir de Andrade, diretor da revista, eram leitores de Ortega, citando-o várias vezes ao longo dos seus textos.

Para Ortega, segundo Bastos (2003, p. 152), a solução para os problemas do país estava na cultura política, e os intelectuais tinham obrigação de superar os erros dos liberais, revisando-os e construindo uma nova democracia. Para os partidários do regime, como Rosário Fusco e Paulo Augusto de Figueiredo, a cultura era o elemento fundamental da política. Desde os anos de 1920, já existia no país um projeto de unificação cultural, que ganharia força durante o governo Vargas, em 1930. O projeto unificado de educação e cultura com a fundação de universidades, editoras, publicação de “clássicos” da interpretação do Brasil (BASTOS, 2003, p. 159).

Os estudos de Daryle Williams na obra “*Culture Wars in Brazil*”, de 2001, também apontam os anos de 1920 como o início do projeto de unificação cultural, através do Modernismo. Dentro deste projeto de reconstrução cultural, Vargas foi colocado como expoente, tendo o seu

papel engrandecido, enquanto o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, fora o verdadeiro responsável pelo projeto cultural do Estado Novo, como afirma o autor. Em vez de se opor ao modernismo, o regime autoritário incorpora seu discurso (WILLIAMS, 2001, p. 15).

Em 1980, surge nos EUA o conceito de “*culture wars*” (guerra de culturas), no sentido de tomar o lugar daquela cultura patrocinada e oficializada pelo Estado Nacional. Com a decretação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, diferentemente dos Estados Unidos, não houve multiplicidade de culturas no Brasil, pois o Estado Nacional se fechou totalmente, negando qualquer oportunidade para debates culturais, principalmente através do aparato de repressão e censura durante a ditadura. Então, a elite dirigente do país, com seus intelectuais, tornou-se responsável pelo processo de reconstrução cultural (WILLIAMS, 2001, p. 24). Essa ideia também está presente em Bastos (2003):

A tarefa a que são chamados os intelectuais, como já indicamos, é a reaproximação entre política e cultura, relação que teria sido perdida na Primeira República. A cultura, que representa o elemento intrínseco do povo, deve ser recuperada e, assim, processar-se-ia a integração sociedade/Estado (BASTOS, 2003, p. 160)

Gustavo Capanema tinha sido responsável, segundo Williams (2001, p. 63), pelo projeto que criava uma extensiva rede de instituições federais de cultura, que se concretizaram. Entretanto, o autor também afirma que Vargas nunca atendeu ao pedido de Capanema para trocar o nome do Ministério da Educação, acrescentando a palavra “Cultura”. Apesar da falta de uma “*culture wars*” durante o Estado Novo, o autor afirma que o estudo de Sérgio Miceli esclarece o motivo de intelectuais da esquerda terem aceitado “involuntariamente” o autoritarismo. Apesar da razão óbvia de ser uma ditadura, todos apoiaram o projeto cultural em prol do Nacionalismo e da figura de Gustavo Capanema. Essa ampla participação de intelectuais de esquerda/direita, é definida como “*wide ideological spectrum*” por Williams (2001, p. 79).

Ortega y Gasset trabalha com a ideia de ‘geração’, através da qual os intelectuais deveriam compreender o seu tempo e intervir para melhorar a sociedade para o futuro. Segundo Bastos (2003, p. 161), sua concepção de “geração” possui a duração de 15 anos e possui suas características típicas, que a distinguem da anterior. Nesse sentido, Ortega y Gasset aponta a necessidade de renovação do liberalismo pelos intelectuais. A revista *Cultura Política* e seus pensadores, conforme os estudos de Bastos (2003, p. 164), absorveram totalmente a ideia de “antiliberalismo”. A crise europeia, da mesma forma, colocava em dúvida o valor do liberalismo como teoria social.

Tais pensamentos serviam como legitimidade para os intelectuais, que possuíam diagnósticos e soluções para o país baseados nas ideias do momento. Podemos concluir que o intelectual dos anos 20 surgiu como uma categoria social marcada pela ampla liberdade, ou seja, por ser a classe representante da elite dirigente do país (PÉCAUT, 1990). E, como afirma Ortega y Gasset os intelectuais da elite dirigente eram responsáveis por salvar as massas, guiando-as para a cultura política e salvando-as da crise existente (BASTOS, 2003, p. 168).

#### **1.4) Fronteira e Oeste**

Do final do século XIX e durante o século XX, a discussão em torno da “*frontier thesis*” (tese da fronteira) e do mito de fronteira norteamericano tornava-se um tema recorrente devido aos estudos do pai da historiografia moderna nos Estados Unidos, Frederick Jackson Turner. O autor já era famoso por abandonar uma história política factual, introduzindo uma interpretação baseada em fatores econômicos e sociais; todavia, o lançamento da sua tese denominada “*The Significance of the Frontier in American History*”, em 1893, veio por trazer uma ampla aceitação do novo conceito de fronteira, visto que outros autores também elaboraram a sua visão do assunto, muitas vezes discordando de Turner, como Charles Beard, um dos principais ‘rivals’ do autor no início do sé-

culo XX, tendo a sua teoria baseada em uma visão mais economicista (AVILA, 2006; LIMA, 1999, p. 41).

Segundo os estudos de Frederick Turner, os Estados Unidos de 1880 era um país com uma grande quantidade de “corpos isolados”, ou seja, grandes áreas desocupadas que impossibilitavam a demarcação de uma fronteira. Para Turner, o caráter excepcional da existência das “terras livres” (*free lands*), no Oeste, foi o motor da democracia norte-americana e do caráter nacional (ÁVILA, 2006). O homem que adentrava a selvageria da fronteira, na opinião de Turner, aos poucos também a transformava, não como produto da antiga Europa ou das raízes germânicas; entretanto, um novo homem americano surgia, produto do Oeste. Nas palavras de Turner: “Thus the advance of the frontier has meant a steady movement away from the influence of Europe, a steady growth of independence on American lines” (TURNER, 1920, p. 1). Ou seja, o avanço da fronteira em direção ao Oeste era um afastamento da influência Europeia e um marco da independência Americana (LIMA, 1999, p. 42).

O avanço ao Oeste não era um esforço em prol de uma política nacionalizadora, mesmo que, na opinião de Turner, o caráter americano e nacional nascesse desta aventura, como podemos observar no seguinte trecho: “The growth of nationalism and the Evolution of American political institutions were dependent on the advance of the frontier” (TURNER, 1920, p. 11). A atração irresistível de riquezas naturais e principalmente das “terras livres”, trouxeram os pioneiros que fundaram as suas fazendas no meio destas condições primitivas no interior do país. Além das barreiras naturais, os indígenas foram uma resistência ao avanço da fronteira que, aos poucos, foi “apagada à força” pelo colonizador. O litoral com seu caráter europeu e inglês (leste), segundo Turner, tentou conter o avanço e a migração ao Oeste, numa falha tentativa de manter a dependência do país aos domínios ingleses.

O homem que rumava ao interior do país precisava de apoio do litoral, segundo Turner, do dinheiro, de uma melhor política social, construção, rodovias etc. Talvez um dos aspectos mais importantes no

pensamento de Turner seja a promoção da democracia através do Oeste, resultado do ideal de “self-government” (AVILA, 2006). Este ideal esteve presente nas bandeiras que rumavam ao interior, segundo Cassiano Ricardo, de acordo com a obra “*Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*”. A fronteira era produto do individualismo daqueles que se aventuraram na busca de melhores oportunidades para a sua família, assim como a democracia. Para Turner, o aumento da população no interior do país, provocava medo no litoral, que tentava segurar a migração interna. Na opinião daqueles políticos da costa, como afirma o autor, a escola de políticos não podia se formar no meio da selvageria do interior, pois iria destruir os interesses do Atlântico (TURNER, 1920).

O novo homem americano, para Turner, era aquele que nascia além da costa, no interior do país (Oeste), livre das forças europeias e pensando em uma nova forma de democracia, diferente daquela imposta pelas influências exógenas do litoral. Entretanto, é importante ressaltar que, segundo Turner, primeiramente os interesses eram econômicos no Oeste e somente em segundo lugar viriam os interesses nacionais que englobariam a democracia. Ou seja, o homem do Oeste sabia viver sem a presença de autoridade, preservando a ordem, sem um controle excessivo do indivíduo, nas palavras do autor.

The West was another name for opportunity. Here were mines to be seized, fertile valleys to be preempted, all the natural resources open to the shrewd-est and the boldest. The United States is unique in the extent to which the individual has been given an open field, unchecked by restraints of an old social order, or of scientific administration of government. The self-made man was the Western man's ideal, was the kind of man that all men might become. Out of his wilderness experience, out of the freedom of his opportunities, he fashioned a formula for social regeneration, - the freedom of the individual to seek his own. He did not consider that his conditions were exceptional and temporary (TURNER, 1920, p. 209).



Como podemos observar na citação acima, a atração para o Oeste era a chance de oportunidade. As minas e os vales férteis estavam à disposição, assim como os recursos naturais para aqueles que tivessem coragem e vontade. O indivíduo buscou sozinho a sua liberdade e melhores oportunidades de vida, que deram força ao novo homem americano. Ou seja, nas palavras de Turner, um homem de ação, menos conservador, menos provincial. Deste novo homem do Oeste, também nascia o “tipo nacional”, baseado em elementos democráticos, mais Americano que o tipo do litoral, na opinião do Turner.

Apesar da resistência do litoral e das influências europeias à conquista do Oeste, o problema agravava-se com o fim das “terras livres”, visto que o continente tinha sido definitivamente conquistado após a aventura e energia dos pioneiros. As oportunidades que tanto traziam o homem ao Oeste acabavam e a questão tornava-se um problema nacional. Entretanto, o individualismo do pioneiro, a economia de qualidade, liberdade, democracia, ficavam como exemplo para o litoral do país. O Oeste mostrou que jamais na história daquele país, para Turner, seriam permitidas condições inferiores, que colocassem o homem no meio de uma legislação opressiva (AVILA, 2006). É importante ressaltar que a conquista do Oeste norte-americano e o seu mito, envolveram toda a nação, diferente do caso brasileiro que abordaremos em seguida, que ficou restrito ao aspecto regional de valorização do mito do sertão e da Amazônia, sem incorporarem a nação na narrativa (OLIVEIRA, 2000, p. 79).

Após uma breve exposição de como a “fronteira” norte-americana e o seu conceito foram estruturados, podemos agora buscar entender como este autor e o seu pensamento foram entendidos aqui, na conquista do Oeste brasileiro. Robert Wegner (2000)<sup>6</sup>, nos apresenta na sua obra “*A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*”, de 2000, o ambiente intelectual norte-americano, que trabalha com re-

---

<sup>6</sup> WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000, Coleção Humanitas. 275p.

flexões na obra de Frederick Jackson Turner e a sua noção de fronteira. Ao analisar as obras de Turner e Sérgio Buarque de Holanda, ele conclui que a fronteira é um processo de americanização, com valores e crenças da nossa tradição ibero-americana. Ou seja, ele vai contra as barreiras da modernização impostas em *Raízes do Brasil* pela tradição ibérica. Dessa forma, segundo Wegner, é possível observar uma mudança de perspectiva que permitiu uma nova maneira de pensar a relação da tradição ibérica e modernização.

Segundo Robert Wegner (2000), podemos dividir a tese de fronteira de Turner em três momentos diferentes. O primeiro seria o de adaptação de quem vem de fora às condições fornecidas pelo ambiente e os nativos que lá residem. O segundo momento, na sua opinião, surgiria “aos poucos”, quando o europeu seria capaz de ir transformando o ambiente que lhe impunha as condições naturais, anteriormente. Essa transformação seria o terceiro momento, quando a fronteira, produto da americanização, seria o fruto do rearranjo da tradição europeia e adequação aos padrões indígenas.

Em suma, Turner interpreta a história norte-americana como um recuo a padrões primitivos para a posterior retomada de uma evolução rumo à civilização, mas que, graças, ao primeiro movimento, não reproduz a velha Europa e aponta para uma civilização nova, democrática e com pleno vigor (WEGNER, 2000, p. 101).

Um novo homem surgia após a adaptação; todavia, também transformando o ambiente, não gerando uma simples cópia da tradição europeia, este, para o autor, caminharia em direção à evolução. A partir dessa ideia, seria fácil justificar quando afirma que o clima intelectual apontou um grande aumento do intercâmbio com as ideias dos intelectuais americanos. Ou seja, diferente de uma oposição, teríamos ideias muito parecidas. Ainda, para Sérgio Buarque de Holanda, citado por Wegner (2000), a experiência dos Estados Unidos poderia ser concebida como semelhante à da fronteira brasileira.

As duas experiências teriam a mesma natureza; entretanto, com graus diferentes de contato entre o estrangeiro e o nativo, da mesma forma na questão de adaptação do estrangeiro às condições do ambiente. O português, segundo Sérgio Buarque de Holanda citado por Wegner (2000), seria marcado pela plasticidade, ou seja, cedia com facilidade aos costumes, linguagem e às crenças dos indígenas e negros, aqui vemos a semelhança do primeiro momento da tese de fronteira de Turner. Já no segundo momento, de Portugal veio a nossa cultura, que os portugueses transformaram de “maneira plástica”, compreendendo toda adaptação.

A noção de fronteira apropriada do livro de Frederick Jackson Turner, denominado de “*The Frontier in American History*”, de 1893, foi utilizada pelo Estado Novo para justificar o projeto da “Marcha para Oeste”. Segundo Andrade (2010), a obra de Turner teve grande influência no pensamento ocidental. Getúlio Vargas, assim como intelectuais do regime, tal como Cassiano Ricardo, Nelson Werneck Sodré, entre outros, incorporaram o discurso de conquista da Amazônia e do interior. Estes espaços vazios a serem conquistados no interior do país eram o símbolo do progresso, civilização. Assim como afirma Cronon (1996 apud ANDRADE, 2010), ocorria a vitória da civilização (brancos) contra a barbárie (índios), ou seja, todo aquele território abandonado do interior do país passava pelo processo civilizatório, em uma clara alusão ao pensamento de Frederick Turner. Esta apropriação também foi notada por María Verónica Secreto (2007, p. 18), ao afirmar que Cassiano Ricardo ficou conhecido como “um Turner autoritário”, com seu caráter americanista, no qual o Leste seria voltado para a Europa e o Oeste era o verdadeiro sentido de ser brasileiro.

A Marcha para Oeste, na sua história, foi lançada na Rádio Nacional no dia 31 de dezembro de 1937, tendo seus objetivos voltados para a interiorização do país, e mais tarde presente nos estudos de diversos intelectuais ao longo de vários exemplares da revista. O Estado Novo tinha sido decretado em 10 de novembro de 1937, ou seja, vivíamos um novo projeto nacional, que pretendia criar um sentimento de nacionali-

dade através da geopolítica, da ênfase no território nacional e nas suas riquezas. Aqui, entra a importância da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938, responsável junto aos Conselhos de Geografia, Cartografia, Estatística, pela coleta de dados (OLIVEIRA, 2008; GOMES, 2002). O país tinha um vazio territorial na sua hinterlândia desde os tempos coloniais, quando o objetivo era apenas ocupar o litoral, facilitando assim o escoamento das riquezas da colônia. O interior do país permanecia como um difícil caminho, desconhecido e inseguro.

De acordo com Lúcia Lippi Oliveira (2008), coube ao IBGE formar a base cartográfica para o censo de 1940, crucial para a Marcha para Oeste e os outros projetos políticos do Estado brasileiro. Em 1941, o órgão foi responsável pela divisão regional, criando, por exemplo, o “Nordeste”, pois antes no mapa brasileiro, tudo que estava acima da Bahia era considerado “Norte”. Dessa forma, iniciava-se o incentivo à integração do povo ao território, à exploração de áreas desocupadas, que agora faziam parte da política do governo. Aspectos locais, regionais, foram valorizados, como forma de promover a unidade nacional e a integração do interior do país. Esta ideia é clara no trecho abaixo:

A valorização dos aspectos locais e regionais visava à unidade nacional. Assim, o seringueiro, o gaúcho, o vaqueiro do Nordeste, as rendeiras do Nordeste, principais ilustrações realizadas por Percy Lau, mostram como o homem e a natureza entrelaçam-se. Ou, dito de outra forma, ali se naturaliza o enraizamento dos tipos humanos retratados (OLIVEIRA, 2008, p. 19).

Segundo Lúcia Lippi Oliveira (2000), a figura do bandeirante como herói nacional também foi valorizada pelo Estado brasileiro, colocando-o como responsável por “desbravar” o território nacional e o seu interior esquecido. Aqui, é importante lembrarmos da obra de Antônio Celso Ferreira, “*A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*”, que ressalta o papel da criação do Instituto Histórico e

Geográfico de São Paulo (1894) e a Academia Paulista de Letras<sup>7</sup> (1909) pela elite letrada. Estas instituições, assim como outras, foram de extrema importância para a criação da simbologia épico-paulista e, como afirma Ferreira (2002), não faltaram ocasiões em que políticos e intelectuais nos anos 40 utilizaram-se desta simbologia para celebrar feitos do passado e justificar feitos do presente. Ou seja, isso justificaria a “Marcha para Oeste” e a sua retomada dos feitos bandeirantes como uma justificativa moderna.

Oliveira (2000) afirma que, entre 1890 e 1930, a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo da pujança paulista, baseada na coragem destes homens que deram sentido à integração territorial do país. Afonso d’Escragnoille Taunay, Alfredo Ellis Jr., José de Alcântara Machado trataram de enaltecer a questão do bandeirante, reconhecendo “(...) o mameluco audaz que expandiu as fronteiras e descobriu o ouro” (OLIVEIRA, 2000, p. 85).

Todos três foram membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ou do Paulista, segundo a autora. Afonso Taunay era o criador, diretor do Museu Paulista e filho de Alfredo Taunay. Foi autor da obra “*História Geral das Bandeiras Paulistas*”, no qual, por influência de Capistrano de Abreu, voltou os olhos para o interior, visto que Capistrano acreditava que a história do Brasil até o início do século XX era a do litoral. Taunay valoriza a expansão territorial, deixando de lado a questão do apresamento dos índios. Além disso, como diretor do Museu Paulista, teve papel decisivo na disseminação da celebração da memória do bandeirante e por preparar os festejos do Primeiro Centenário da Independência, em 1922. Dessa forma e durante vários momentos, se deu a recuperação da imagem do bandeirante na história brasileira, principalmente durante a “marcha para Oeste”, sendo o bandeirante o protagonista do desbravamento histórico das nossas “fronteiras internas” (OLIVEIRA, 2000).

---

<sup>7</sup> Vale ressaltar que a Academia Paulista de Letras teve a participação de intelectuais notáveis no projeto de valorização do bandeirante, como Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr. A maioria dos seus membros era ligado ao modernismo ou nacionalismo de direita.

Segundo Gilmar Arruda (2000, p. 16), na obra “*Cidades e sertões: entre a história e a memória*”, a própria São Paulo sofre uma drástica mudança, passando de “grande sertão” desconhecido para o marco da civilização e da urbanidade nos anos 40, recebendo milhares de pessoas que iam para a região, para ocupar o antigo “sertão” paulista. O Mato Grosso ganhava o *status* da antiga São Paulo, tornando-se o grande estado desconhecido, mais rico e propício a ser explorado e povoado.

A questão territorial era a base para a formação da unidade nacional. A marcha ao interior do país torna-se a referência para a identidade nacional; entretanto, uma espécie de identidade oculta nas “fronteiras internas”. Dentro deste imaginário, sertão-litoral, notam-se dualidades irredutíveis na opinião de Candice Vidal e Souza (1997), Arruda (2000, p. 14), Lima (1999, p. 23): barbárie-civilização; atraso-progresso; natureza-cultura; instinto-razão. Acima de tudo, a fronteira interna era a forma de recuperação da nacionalidade:

A solução para recuperar a nacionalidade cindida é retornar ao sertão levando o ímpeto civilizatório capaz de neutralizar suas características indesejáveis – o atraso e o vazio – e de lá ressurgir espalhando a brasilidade mais autêntica e resguardada pelo afastamento da costa. Acompanham-se, então, esses modos de fazer um Brasil uno em espaço e em distribuição da civilização, conforme estão sugeridos nas fontes de reflexão sobre o país, tal como é e tal como deve ser (SOUZA, 1997, p. 33).

Souza acredita que a identidade era construída aos poucos, visto que o sertão era sempre o desconhecido, constantemente relevado, e o Brasil não reconhecia o seu próprio Brasil, sendo apenas o litoral conhecido (1997, p. 38). Este espaço inexplorado sempre era relacionado à dualidade já citada, colocando a natureza como indissociável do interior e do homem que lá se aventurava, como seu semelhante. Tal ideia do sertão sempre como misterioso, também é exposta por Arruda (2000, p. 20). Esta imaginação geográfica em direção ao sertão é parte do projeto de construção nacional na opinião do autor, tido como a forma de resguardar o espírito brasileiro. Nesse sentido, como afirma Daryle Williams

(2001, p. 261), o nacional e não nacional são extremamente subjetivos, títulos politizados por uma constante disputa política.

A “fronteira interna” do sertão ora era positiva e ora negativa. Existia uma dualidade consagrada pela cultura brasileira no caso do litoral-sertão, a civilização versus barbárie, cosmopolitismo versus brasilidade etc. Existiram autores, segundo Oliveira, que trabalharam com a visão romântica do sertão, perfeita, idealizada, como Afonso Arinos. E outros, como Euclides da Cunha<sup>8</sup>, abordaram o sertão associado ao inferno, violência, barbárie, mesmo que num tom de denúncia e crítica. A visão realista muitas vezes colocou em risco a nacionalidade, enquanto a outra tratou de reforçar a importância do sertão na identidade nacional (OLIVEIRA, 2000; SOUZA, 1997).

O conceito de “fronteira” adquiriu um sentido muito mais complexo, além de uma simples “linha” que divide os espaços geográficos entre os Estados, mas no sentido de uma população que se movimenta internamente pelo território, ocupando os espaços vazios ou já habitados, com tradições e costumes diferentes dos seus. Na “fronteira”, essas migrações podem receber pouco ou muito apoio governamental; entretanto, impactam o meio físico e social das regiões, assim como o daquela região de que saíram (GOMES, 2002, p. 168).

---

<sup>8</sup> A obra mais conhecida de Euclides da Cunha é “*Os Sertões*”, de 1902, onde o autor presencia parte da Guerra de Canudos e tece uma crítica, denunciando o nacionalismo exacerbado e o sertão associado ao inferno, barbárie, mostrando a realidade daqueles que lá habitavam.

## A Marcha para Oeste e a política demográfica no discurso do Estado Novo

Como já foi dito, a revista *Cultura Política* foi de extrema importância ao ser responsável pelo discurso oficial do Estado Novo. Desde 1941, o tema da Marcha para Oeste aparece com frequência, pois o governo apresenta a “*Concretização da Marcha para Oeste*”<sup>1</sup>, assinada por Péricles Melo Carvalho<sup>2</sup>, logo no primeiro ano destas publicações. Assim, numa das suas primeiras notas oficiais, através deste capítulo da revista, é reforçada a importância histórica dos bandeirantes ao desbravar as florestas, o planalto paulista e a descoberta de inúmeras riquezas naturais, garantindo ao Brasil a imensa área territorial que possui. O governo afirma a necessidade de zelarmos pela segurança dos recursos naturais, através de um Estado forte, autoritário, possibilitando a ocupação de terras ricas, férteis, que teriam importância para o futuro da nação.

Além desse discurso laudatório do projeto, Péricles ressalta o acentuado desequilíbrio entre a população rural e urbana. Tal desequilíbrio seria causado pelo movimento contrário à verdadeira civilização, ou seja, o progresso alcançado pelas áreas litorâneas não atinge a maior parte da população rural do interior, pensamento claro no seguinte trecho: “Quem examinar o panorama que nosso país oferece ao momento, sentirá o desequilíbrio que se vinha processando com o deslocamento da

---

<sup>1</sup> CARVALHO, P. M. *A concretização da “Marcha para o Oeste”*. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p. 13-22, ago. 1941.

<sup>2</sup> Além de Diretor de Seção do Departamento Nacional de Imigração, também foi Membro do Congresso Nacional de Identificação em 1934; Membro Assessor do Congresso de Secretários de Segurança e Chefes de Polícia, 1936; Membro da Comissão responsável pela elaboração das leis e regulamento sobre a entrada e permanência de estrangeiros, naturalização, expulsão em 1938.



população rural para os centros citadinos do litoral” (CARVALHO, 1941, p. 15). Os salários também não se comparavam àqueles da cidade. Esta população rural, desamparada, muitas vezes abandonou o campo, em busca de melhores condições. O problema não pararia aí, a população rural (aqui o mais importante é ressaltarmos que esta população é aquela do interior, em oposição ao litoral), tem falta de escolas, transportes, organizações bancárias, auxílios técnicos, empregos. Na opinião do autor, a legislação social deveria primeiro contemplar o litoral (centros urbanos) e depois estender-se ao interior (hinterland).

O Estado Novo, através de Getúlio Vargas, iniciou a Marcha para Oeste, pretendendo uma reversão da população rural ao interior do país. Segundo Péricles, um dos grandes problemas era o fascínio exercido pelos grandes centros urbanos, que empurravam as populações do interior em direção ao litoral, em busca de uma soma de benefícios, que agora estavam incorporados ao mapa do Brasil, ou seja, incluindo o interior (hinterland). O problema veio a piorar, quando ocorreu a implantação de uma legislação social e de amparo ao trabalhador nacional, ou seja, dificultando a marcha para Oeste e as diferenças do campo e da cidade.

Algumas dessas medidas sociais foram: assistência médica, técnica de escolas profissionais, ensino gratuito, assistência educacional, garantias de assistência policial, segurança de propriedade, cooperativismo político, econômico e sindical, com o perfeito equilíbrio de todas as classes, segundo Péricles. Também possibilitou a assistência social, com a proteção da família, da mulher, dos menores, seguros sociais aos acidentes, amparo à velhice, higiene do lar, alimentação sadia, refeitórios públicos, regulamentação do horário do trabalho, salário mínimo, seguros doença, acidentes, à gestante, à invalidez e a possibilidade de fomento da economia com empréstimos.

A política de povoamento do interior, através da Marcha para Oeste, precisou de apoio do Ministério do Trabalho e do auxílio da sindicalização rural, que vinha trabalhando em conjunto para garantir a mesma legislação para o campo, acabando com o fascínio do litoral (cidade). A

colaboração do Departamento Nacional de Imigração também teria sido essencial, garantindo passagens gratuitas ao trabalhador que fracassou em terras distantes, recebendo um encaminhamento para o trabalho rural, que seria a sua verdadeira função, na opinião de Péricles. Podemos observar a importância do departamento na citação abaixo:

Ainda, durante o ano passado, devidamente autorizado pelo Presidente da República, o Departamento Nacional de Imigração fez encaminhar cerca de 8.000 trabalhadores nordestinos para os seringais do alto Amazonas e do Território do Acre (CARVALHO, 1941, p.20)

Nos Estados nordestinos teríamos a colaboração no programa de auxílio à população do interior, pois em Pernambuco, o governador Agamenon Magalhães teria realizado melhorias e elevações na qualidade e condições de vida dos habitantes do interior. Segundo Péricles, na Paraíba, o Interventor Rui Carneiro, realizou um dos mais notáveis empreendimentos, colonizando os vales de *Camaratuba e Gramane*. O mesmo ocorre na Bahia, sob os olhos do interventor Landolfo Alves, responsável por libertar os lavradores dos grandes latifundiários e possibilitando acesso à terra. Nas terras do Sul do país, disporíamos de um grande exemplo do desbravamento do interior, possibilitado pela colonização em ritmo acelerado e da terra propícia ao desenvolvimento agrícola. Em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, também avançariam as definições sobre os núcleos coloniais, em colaboração com o Ministério da Agricultura. Dessa forma, aos poucos concretizava-se a política de povoamento, nacionalização do país através da Marcha para Oeste.

A preocupação com a política de ocupação do interior (hinterlândia) também esteve presente em artigos vinculados à Coluna Editorial<sup>3</sup> da revista *Cultura Política*. Já em 1941, aparecia a necessidade do equilíbrio do povoamento do país, quando relatam que:

Mas, agora, com mais elementos e mais experiência “qualquer plano de organização nacional que não encare, com decisiva energia, os problemas da

---

<sup>3</sup> A revista *Cultura Política*, em nenhuma de suas edições, informou os responsáveis pela Coluna Editorial.

Amazônia, e do Mato Grosso e Goiás, e o restabelecimento do ritmo entre as diversas zonas do país, teria falhado à sua finalidade” (COLUNA EDITORIAL, 1941, p. 144)

Ou seja, o cuidado com o povoamento equilibrado de todas regiões era constante, pois o governo acreditava que deveria se colonizar o interior, evitando assim o desequilíbrio populacional e o grande povoamento do litoral. Nas palavras Oliveira (2007): “A busca da conquista do Oeste é apresentada como realização de um destino: juntar o litoral e o sertão, juntar o corpo e a alma da nação”, ou seja, um perfeito equilíbrio populacional, contribuindo para a construção da identidade nacional no período. Esta questão do povoamento do interior remontava aos problemas da nossa colonização, pois o interesse na sua exploração era nulo, devido às imensas dificuldades físicas. Artur Hehl Neiva<sup>4</sup>, em 1942, reforça esta tese no artigo *A imigração e a colonização no governo Vargas*, através do depoimento do historiador brasileiro, Frei Vicente do Salvador<sup>5</sup>.

Os brancos viviam, porém, agarrados ao litoral “*como caranguejos*”, diz um historiador, e isto porque, em grande parte do nosso território, se ergue a pouca distância da costa a barreira granítica do complexo cristalino brasileiro, que tão dificilmente pode ser escalada para permitir a conquista do nosso *hinterland* (NEIVA, 1942, p.222)

Neste trecho, fica claro o desinteresse colonial pela ocupação da hinterlândia, pois, devido às dificuldades físicas, os colonizadores preferiam ficar “agarrados ao litoral como caranguejos”, onde tinham as facilidades de escoamento pelo litoral e também não precisavam enfrentar os desafios físicos do desconhecido, selvagem, da hinterlândia. Ângela de Castro Gomes (2002, p.167) desmistifica esse discurso, afirmando que os colonos portugueses não eram “caranguejos” por comodidade; todavia, pela necessidade de assegurarem as suas posses através do litoral.

---

<sup>4</sup> Membro do Conselho de Imigração e Colonização; Diretor Geral do expediente e Contabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal

<sup>5</sup> Artur Hehl Neiva não cita a autoria do trecho; entretanto, sabemos que este trecho foi extraído da obra de Frei Vicente de Salvador, intitulada de “*História do Brasil*”. Esta obra narra o período colonial, assim como os primeiros governadores, suas políticas, terras, povo etc.

Segundo Lucia Lippi Oliveira, Friedrich Ratzel, considerado um dos “pais da geografia”, já preocupava-se com a questão da ocupação, povoamento efetivo de todo território nacional há muito tempo, comprovando a importância da questão (2007, p.18). Segundo os intelectuais, o processo de povoamento do interior finalmente realizava-se através do Estado Novo, esquecido por todos os governos anteriores. O “Novo” vinha da superação de limites (físicos, geográficos), clima, desequilíbrio populacional, abandono, sob a égide do governo Vargas (ANDRADE, 2010, p. 458).

Ainda, segundo Artur Hehl Neiva, a questão do povoamento no Brasil era um caso único, tanto devido aos desafios físicos, climáticos, quanto pela questão da miscigenação e do ambiente considerado o contrário de ótimo pelos europeus para imigração. Dessa forma, para o autor, comparar o Brasil com os Estados Unidos, Argentina, seria um grande erro, devido aos diferentes e únicos obstáculos aqui encontrados desde o período da colonização, que tornaram os problemas cada vez mais complexos, exigindo um maior esforço e engenho do que nestes outros países. Tal ideia fica clara no seguinte trecho:

Julgo que a análise que acabo fazer demonstra plenamente a tese de que o Brasil, em matéria de povoamento, constitue um caso único. Poderia citar outros exemplos, mas não é necessário. Resumindo, verificamos que, por condições topográficas, como a dificuldade de se atingir o planalto; climatéricas, criando um ambiente diverso do que era considerado ótimo à imigração europeia; históricas, como a necessidade de assegurar a soberania desde muito cedo numa área muito extensa; étnicas, pela diversidade das 3 raças principais que aqui entraram em contacto, amalgamando-se, e pela predominância do grupo latino entre os imigrantes brancos; sociológicas, pela política de miscigenação intensiva, seguida desde a descoberta – o Brasil ocupa um lugar à parte em relação aos outros países [...] (NEIVA, 1942, p. 223)

Ainda em agosto de 1941, surgia o artigo de Edgar Teixeira Leite<sup>6</sup>, intitulado “*A Economia dos Estados: II) Pernambuco*” que, além de tratar das preocupações relacionadas ao Estado de Pernambuco e as suas difi-

---

<sup>6</sup> Vice-presidente da Sociedade Nacional da Agricultura

culdades econômicas, também trazia uma série de relatos que refletiam o panorama do Nordeste em relação ao país. Um destes relatos é quando o autor afirma que os homens do Nordeste devido às condições climáticas de seca, abandonam os sertões, ou seja, a hinterlândia, indo assim em direções opostas ao interior do país, em busca de trabalho e salário.

Quando os nossos homens do Nordeste, tangidos periodicamente pela seca e constantemente pela pobreza ou desemprego nos campos, saem dos seus sertões longínquos para as zonas agrícolas e industriais de S. Paulo, ou as zonas da borracha e castanha do Amazonas, do cacáu da Baía, e para as cidades litorâneas mais importantes, procuram economias, que os empreguem – trabalho e salário. E’ um nomadismo econômico que os impele de vez em quando, e dizem: “Em S. Paulo (ou qualquer outra zona econômica do nosso território) está correndo dinheiro (LEITE, 1941, p. 134)

O problema, para Edgar Teixeira Leite, era um reflexo do país, que precisava de organização econômica em todos Estados, não apenas em Pernambuco. Os salários na capital do país sempre eram maiores e a lei do salário mínimo, na opinião do autor, viria a ajudar a questão no coletivo para a ocupação do interior. Outro ponto a contribuir para a economia nacional com os produtos sertanejos seria a realização de uma série de prolongamentos ferroviários para interligar a hinterlândia e todo o Nordeste, facilitando assim o avanço ao Oeste. O futuro econômico daquele Estado teria muito a colaborar na economia nacional através da instalação de uma série de fábricas que utilizariam energia elétrica barata, devido ao aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso e dos recursos minerais, vegetais, esquecidos na região. Esta seria a Marcha para Oeste em Pernambuco, para o autor, que considera os esforços realizados naquele estado como partes de sua etapa econômica e geográfica, através da eletrificação da Estrada de Ferro Paulo Afonso, a melhor organização fluvial do baixo São Francisco, além do grande potencial da Cachoeira de Paulo Afonso.

Ao abordar a questão econômica, Leite retoma a necessidade de planejamento e da constante assistência governamental, citando as falhas

cometidas no tempo áureo da borracha, quando nordestinos foram desordenadamente ao Vale Amazônico, em busca do “ouro-negro”, sem qualquer preparo. Desta forma, nas palavras do autor:

Mas, essa marcha é regida pelas Tabuas das leis econômicas fundamentalmente, senão será um artifício. Sem se movimentar os elementos dentro das leis econômicas, se forem somente frases fora da consideração do meio objetivo com toda a sua clareza, poder-se-à dizer dos seus planos como dizia Catarina da Rússia sobre os planos de reformas traçados por Voltaire: “O conjunto de suas idéias é realmente fascinante; falta apenas o pequeno detalhe de sua aplicação”. Ninguém quererá ir viver pobre e miseravelmente no Oeste, só para dizer que fez a marcha para lá; as palavras levarão, e os fatores econômicos trarão, os marchantes para dentro dos seus limites ou fronteiras. O presidente já teve ocasião de salientar, e dá o exemplo com iniciativas, que a marcha para o Oeste não é um devaneio e não é parte de frases apressadas de programa fantástico e fantasioso; é uma tarefa de longo alcance e para anos, que encerra o destino da unidade nacional, que precisa ser estudada, planejada, organizada em cada um dos seus passos, que são, acima de tudo, passos econômicos, a serem dados uns após outros (LEITE, 1941, p.144)

Edgar Teixeira Leite retoma aspectos importantes para a realização da Marcha para Oeste, já destacados aqui nos artigos de Getúlio Vargas na revista *Cultura Política*. A necessidade de se prestar assistência social, preparo técnico, condições econômicas reais para a fixação do homem são alguns destes aspectos que já eram abordados pelo presidente da República. Aspectos de extrema importância, pois como afirma Leite (1941, p.144): “(...) quem quererá viver pobre e miseravelmente no Oeste?”. Leite conclui o artigo afirmando acreditar que a abundância de recursos naturais no Brasil, acabou por tornar a exploração ineficiente, criando assim uma desorganização geral no campo econômico. E somente o Estado Novo, através de Getúlio Vargas, seria capaz de reorganizar a vida social e econômica para a consolidação da unidade nacional.

O presidente da República, Getúlio Vargas, no artigo *A imigração e a colonização no governo Vargas* de 1942, também retoma a questão do

povoamento no período colonial; entretanto, trazendo uma nova justificativa para o problema do desequilíbrio populacional. Para Vargas, a questão vinha do brusco processo de transição do trabalho escravo para o livre, que acabou por gerar uma forte decadência das regiões, tornando-as em caatingas.

A propaganda abolicionista... restringiu-se, exclusivamente, à libertação dos cativos, sem cogitar do grave problema da substituição, pela atividade livre, do trabalho escravo, sobre o qual repousava a nossa economia. Muitas regiões do país, outrora opulentas, ainda hoje sentem, decadentes, as consequências nefastas dessa desarticulação brusca. [...] Zonas florescentes, desbravadas pelo esforço do negro submisso, transformaram-se em caatingas, verificou-se o êxodo dos habitantes do interior. Cumpre-nos incentivar, por todas as formas... o retorno aos campos... (VARGAS, 1942, p. 225)

Vargas colocava a abolição da escravatura e o brusco processo de transição à mão de obra livre como um dos grandes responsáveis pelo esvaziamento do interior do país. A solução vinha do Estado Novo, através do projeto da Marcha para Oeste, capaz de fazer as pessoas voltarem a povoar o interior do país. Segundo Vargas, existia uma distinção entre povoar e “acumular elementos humanos”, pois para povoar seria necessário verificar as condições do solo, oferecer acessibilidade ao escoamento da produção, assistência social, técnica e segurança, além de baixas taxas para aquisição das terras, fixando assim, o homem ao solo. Na opinião do presidente da República, a imigração também era a chave para a ocupação deste interior e o nosso país estava de portas abertas para todos povos, desde que esses não trouxessem o “repugnante credo vermelho” (VARGAS, 1942, p. 227), que assombrou o país com o surto de 27 de novembro de 1935<sup>7</sup>. Neste sentido, o presidente afirma:

(...) Quanto à política demográfica, não fazemos discriminações, limitando-nos a regular, de acordo com as nossas conveniências, a entrada e a direção

---

<sup>7</sup> Vargas referia-se a revolta comunista de 1935, que tentou derrubar o seu governo, com apoio da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A tentativa fracassada deu força para o fechamento do regime, assim como a decretação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937.

dos contingentes de povoamento. Os imigrantes tem de ser, entre nós, fator de progresso e não de desordem e desagregação. Somos coerentes. Assim como procuramos destruir os excessos regionalistas e o partidarismo facioso dos nacionais, com maior razão temos de prevenir-nos contra a infiltração de elementos que possam transformar-se, fronteiras a dentro, em focos de dissenções ideológicas ou raciais (VARGAS, 1942, p. 229).

A imigração junto à colonização da nossa hinterlândia concretizava-se, na opinião de Artur Hehl Neiva, através da promulgação do decreto lei de 14 de fevereiro de 1941 (nº 3.059), responsável pela criação de colônias agrícolas nacionais. Estas colônias receberiam todo amparo técnico, social, econômico, ou seja, todas condições para fixar este povoamento no nosso interior. Ainda em 1941, inaugurou-se a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, no alto Tocantins, propondo-se a oferecer todas condições técnicas e de higiene, além da abertura de uma estrada de rodagem que interligaria a colônia a Anápolis. Para Getúlio Vargas, o oferecimento de condições técnicas, higiene, conforto, educação, benefícios, eram essenciais: “mesmo porque, se o não fizermos, correremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades [...]” (VARGAS, 1942, p.237). Todas condições, na opinião do presidente da República, estavam sendo oferecidas às colônias agrícolas, inclusive a isenção de impostos, taxas, tributos, até o momento que estivessem prosperando sem a ajuda do Estado Nacional.

No ano seguinte, em 1943, a questão do povoamento é retomada por Beneval de Oliveira<sup>8</sup>, no artigo denominado: “*Variações sobre povoamento e política demográfica*”. O autor cita dois fatores essenciais ao povoamento de qualquer região: “o espaço que se pretende nuclear e o elemento humano [...]” (1943, p. 61), além dos estudos dos aspectos da hidrografia, natureza, paisagem animal, vegetal, recursos naturais, como a base para a escolha de uma zona de povoamento. Já quando olhamos para o nosso país, segundo Beneval de Oliveira, notamos a extrema necessidade de um plano de colonização para ocupar os imensos territórios

---

<sup>8</sup> Do Instituto Brasileiro de Cultura e Ex-professor de Geografia e História da Civilização



vazios. Aqui, o autor deixa claro que a necessidade de povoamento refere-se ao Brasil Central e Meridional, além das terras esparsas da Amazônia, ou seja, a hinterlândia.

O problema enfrentado do desequilíbrio populacional das regiões no Brasil, na opinião de Beneval de Oliveira era algo natural. Cita Camille Vallaux e a sua obra “*Géographie Sociale*” (1943, p. 62), na qual a autora afirma que não se admite Estado sem que a população consiga distribuir-se de forma igualitária. Desta forma, seria o Estado Novo responsável por resolver esta questão. No caso brasileiro, Beneval afirma que logicamente a política colonial de povoamento era a maior responsável pela situação atual:

Podemos ainda observar que nenhum princípio científico norteou a nossa política colonial de ocupação da terra, a não ser o aproveitamento natural de certas condições locais, baías, angras, ilhas etc., bem como o aproveitamento das hidrovias e dos vales como meios lógicos de penetração. Nem podia ser de outro modo. A mentalidade portuguesa de ocupação visava tão somente explorar a terra, usufruir vantagens imediatas (OLIVEIRA, 1943, p. 62)

Até este momento acima, Beneval mantém uma linha de pensamento próxima às justificativas de outros intelectuais, como Artur Hehl Neiva; entretanto, o autor afirma que existiram exceções na mentalidade portuguesa. Estas seriam a civilização açucareira na mata nordestina, o ouro e o café, que exploraram o interior do país. O autor aqui, diferentemente dos outros artigos, parece minimizar o fato dos portugueses ficarem “agarrados ao litoral”, ao afirmar que os mesmos não tinham tecnologia, recursos, estratégia de ocupação para o interior do país. O desinteresse, na opinião do autor, não se resumiu ao hinterland, manifestando-se também ao litoral. A prova disso seria o próprio Rio de Janeiro, capital do país, que só obteve atenção dos colonizadores quando ocupado pelos franceses, além das inúmeras dificuldades no processo de urbanização, higienização e abastecimento. São Paulo também, pois tinha terras impróprias para a agricultura e a indústria salvou-o de ser mais um local pacato e abandonado.

No sentido do povoamento, Beneval acreditava que o caso mais viável fosse na direção “Sul-Norte”, “Norte-Sul”, cortando o Brasil Central, passando pelo Tocantins, Araguaia, ligando o Pará ao Rio Grande do Sul, seguindo em direção ao extremo Oeste e ligando o país com as fronteiras do Paraguai e Bolívia (OLIVEIRA, 1943, p. 64). Segundo os seus estudos, os recursos naturais do Tocantins e do Araguaia eram excelentes; entretanto, também encontrariam cerrado e muitas dificuldades físicas ao longo do caminho. A entrada pelo Tocantins ou Araguaia seria a forma de aproveitar-se sempre os melhores recursos naturais e não rapidamente instalando núcleos humanos em lugares ermos e inadequados.

Os resultados de tamanha investida, como a “Marcha para Oeste”, dependeriam de um trabalho gradual e contínuo. O recenseamento de 1940 vinha por mostrar resultados satisfatórios, segundo Beneval de Oliveira (1943, p. 62): “zonas que em 1920 apresentavam fraquíssima densidade estão, agora, enriquecidas com notáveis aumentos de população”. Os exemplos dos avanços do governo nesse campo estavam nos Estados do: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, com um grande aumento de densidade de habitantes por quilômetro quadrado. Segundo o autor, o aumento populacional nos municípios de Goiás era suficiente para justificar a direção que a marcha para Oeste deveria tomar, ou seja, apoiando-se nesses locais já habitados para conquistar o Tocantins e o Araguaia.

Ao final do artigo, Beneval também exemplifica como a assistência técnica, rural, ritualmente oferecida pelo governo Vargas era de extrema importância para fixar o homem ao interior do país. Segundo o seu exemplo, um homem teria ficado no Rio de Janeiro em busca de mão de obra para explorar terras no oeste paranaense. Acaba por encontrar homens dispostos a encarar o campo e após chegarem ao local das terras, oferece terras e sementes, sem outras espécies de assistências. O resultado é que todos retornaram ao Rio de Janeiro, pela falta de assistência, não sabiam o que fazer com as sementes, não tinham preparação, planos, desistiram da exploração da hinterlândia.

Agora trabalhem aí e procurem ganhar a vida. Não lhes deu dinheiro nem provisões, tão-pouco assistência de espécie alguma. O resultado é que no dia seguinte a turma começou a debandar procurando ganhar os caminhos que iam aos morros sagrados da Cidade Maravilhosa (OLIVEIRA, 1943, p. 66).

Beneval de Oliveira aponta a solução que encaminhava-se no período, como já vimos anteriormente no artigo de Artur Hehl Neiva, para a planificação dos núcleos agrícolas, onde os sertanejos teriam acesso a alimentos, higiene, educação rural, assistência médica, transportes, estradas, ou seja, medidas que prestariam assistência na fixação do homem aquela terra, caso contrário, ele iria procurar outras regiões. Ideia clara na seguinte parte:

De qualquer modo temos de criar elementos favoráveis para que a vida no campo seja a mais agradável e a mais lucrativa possível, pois só assim poderemos falar com segurança da fixação do homem ao solo, visto que o trabalhador rural contente e cheio de si mesmo não pensará em evadir-se para os grandes centros urbanos, quasi sempre artificiais e cosmopolitas (OLIVEIRA, 1943, p.68).

Desta forma, estes elementos favoráveis de assistência seriam obrigação do Estado, na opinião do autor. A importância da imigração também é destacada novamente, como crucial para auxiliar nos esforços da conquista do Oeste, desde que escolhida com cuidado, evitando-se orientais, alemães e aqueles que não teriam condições de servir ao país como mão de obra. A conclusão de Beneval era que não poderíamos ser xenófobos, acolhendo aqueles que poderiam contribuir com o país e principalmente com a Marcha para Oeste, que deveria ser vencida em partes, dada a grande extensão territorial do Brasil. Também retoma a importância da fixação do homem à terra, através das assistências rurais já citadas aqui e do papel da cidade, que também era crucial, sendo prolongado pelo do campo.

## 2.1) O controle da imigração e a campanha de nacionalização

Este discurso oficial é verificado e questionado pelos estudos de Roney Cytrynowicz (2002), que afirma a existência de uma perspectiva de interpretação parcial e limitada sobre a questão da imigração e do anti-semitismo durante o Estado Novo (1937-45). Para o autor, é uma tendência da historiografia brasileira compreender a história a partir da ação do Estado, das leis e da ideologia, o que é insuficiente, na sua opinião. Apesar da proximidade do Estado Novo com o fascismo, vários campos da sociedade estiveram longe desta direção, por exemplo, durante o Estado Novo, vários judeus tiveram uma próspera vida econômica, social, cultural, pública. Em São Paulo, muitos japoneses sofreram a repressão do Estado, assim como os alemães no sul do país, principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os autores acreditam que devido à muito pequena quantidade de imigrantes judeus, o problema foi menor quando comparado aos outros grupos (CYTRYNOWICZ, 2002; HACKENHAAR, 2015). Posturas como o anti-semitismo estiveram presentes no governo, como vemos no trecho abaixo:

O anti-semitismo esteve presente nos anos 1930 e 1940 em importantes círculos do governo, especialmente o Itamaraty, e a sua mais grave consequência foram as circulares que restringiram a imigração de judeus ao Brasil a partir de 1937. Este anti-semitismo produziu episódios terríveis, como a história dos três mil vistos a católicos não-arianos que o Vaticano solicitou ao governo brasileiro e que, em sua maior parte, acabaram sendo recusados, conforme o livro do historiador Avraham Milgram, e centenas de histórias trágicas de refugiados que não puderam entrar, conforme as pesquisas de Maria Luíza Tucci Carneiro. Neste sentido, não há dúvida de que a política do governo brasileiro foi conivente com o anti-semitismo na Europa (...). (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 396)

Segundo Clayton Hackenhaar (2015), o marco do controle da entrada de imigrantes no Brasil foi o ano de 1938. Em 25 de janeiro de 1938,

através do Decreto-lei n. 2265<sup>9</sup> e da Comissão de Nacionalização, nas palavras de Francisco Campos (1938, p. 233): “O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil resolve constituir uma Comissão com o fim de estudar as leis necessárias para regular a entrada, fixação, naturalização e expulsão de estrangeiros”. Ou seja, era o marco inicial do processo de controle da imigração, nacionalização e da restrição de uma série de liberdades. No mesmo ano, o decreto n. 383<sup>10</sup>, de 18 de abril de 1938 viria por proibir a participação e a atividade política; já o decreto-lei n. 406<sup>11</sup>, de 04 de maio de 1938 regulamentava diretamente a entrada de estrangeiros no país, assim como a criação de cotas para cada país, etnia. Ao final de 1938, em 18 de novembro, ocorreu a proposta de nacionalização do ensino em conjunto com os governos estaduais e municipais, com o objetivo de nacionalizar integralmente o ensino primário através do decreto n. 868<sup>12</sup> (HACKENHAAR, 2015). Na opinião deste autor, muitas vezes houve momentos em que indivíduos aproveitaram-se da Campanha de Nacionalização para atacar os adversários políticos ou aqueles do campo econômico, ou seja, para Hackenhaar era muito mais uma questão de repressão específica do que generalizada, como no caso dos alemães de Santa Catarina.

É importante ressaltar que as políticas restritivas sobre a imigração já eram adotadas antes do regime do Estado Novo. Em 1921, através da lei n. 4.247, regulava-se a entrada de indesejáveis através de um termo de responsabilidade conhecido como “cartas de chamada”, depois regulamentado em 1924 através do decreto lei nº16.761. A questão continua em 1930 e 1932, através do decretos-lei nº 18.482 de 1930 e do decreto nº 20.917, de 1932, que proibiram totalmente a imigração. O restabele-

---

<sup>9</sup> Decreto nº 2.265, de 25 de janeiro de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-2265-25-janeiro-1938-345763-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 de abril de 2018

<sup>10</sup> Decreto nº 383, de 18 de abril de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 17 de abril de 2018

<sup>11</sup> Decreto nº 406, de 04 de maio de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 de abril de 2018

<sup>12</sup> Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 de abril de 2018

cimento da política imigratória aconteceu somente em 9 de maio de 1934, segundo Carneiro, com os decretos nº 24.215 e nº 24.258. Ainda antes do decreto 20.917 de 1932, segundo Castro (2011), determinava-se que 2/3 dos trabalhadores empregados deveriam ser brasileiros. Ao mesmo tempo, restringia-se a entrada de imigrantes no território brasileiro, através de uma cota de 2% ao ano sobre o total de brasileiros. Outras proibições também vieram, como restrição a entrada de pessoas com qualquer tipo de deficiência, problemas mentais, físicos, doenças contagiosas (CARNEIRO, 1988, p. 123 apud CASTRO, 2011, p. 28).

Dado o exposto, podemos concluir que a campanha de Nacionalização também visava banir os inimigos do regime, impondo o “espírito nacional” aos “quistos étnicos” (SEYFERTH, 1997, p. 95 apud CASTRO, 2011, p. 8). Como observamos na revista *Cultura Política* e nos artigos, os intelectuais tinham a função de “idealizar” o papel dos imigrantes, de forma que, na Marcha para Oeste, estes fossem integrados ao interior do país, junto as terras desocupadas e na opinião Cassiano Ricardo, “o verdadeiro coração do país”, numa clara alusão ao projeto de unidade nacional do Estado Novo.

Já no ano de 1944, temos o artigo “*O Estado Nacional, Goiânia e a redivisão política do Brasil*”, de Paulo Augusto Figueiredo<sup>13</sup>, que volta ao mesmo tópico da necessidade de povoamento do Brasil. Para o autor, povoar o Brasil era conquistarmos todo o território, assim garantiríamos a tranquilidade da Nação e das fronteiras, como podemos ver a seguir:

Porque povoar o Brasil é conquistá-lo, e enquanto as nossas fronteiras étnicas se não confundirem com as geográficas, enquanto existirem no país “terras de ninguém”, em suma, enquanto não conquistarmos o Brasil integralmente e brasileiromente, as noites pátrias não serão tranquilas, o nosso sono estará sujeito a toda sorte de pesadelos (FIGUEIREDO, 1944, p. 140)

Para conquistar, seria necessário o agente humano, que no momento teria deixado regiões riquíssimas como a Amazônia, Tocantins e do

---

<sup>13</sup> Presidente do Conselho Administrativo e Professor de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito de Goiás

Araguaia, abandonadas por falta de homens para ocupar. Entretanto, para Figueiredo não bastava levar homens para estas regiões e sim, gente com qualidade, capacitada, para construir uma nova civilização. Nesse aspecto, o autor conclui de uma maneira impressionante, afirmando que os vazios do país deveriam ser ocupados por gente de qualidade, como vimos acima; entretanto, gente com bases culturais, as verdadeiras elites na sua opinião. Esses, no seu discurso, eram os verdadeiros homens e não apenas números, ou seja, uma postura totalmente elitista e anti-povo.

No sentido da redivisão territorial, tivemos a criação de cinco territórios em 1943, recortados dos estados do Pará e Amazonas: Amapá, Rio Branco (Roraima), Guaporé (Rondônia). Na fronteira externa, foram estabelecidos dois outros territórios, que deixariam de ser divisões político administrativas: Ponta Porã<sup>14</sup>, extraído do Mato Grosso do Sul e Iguacu, que foi extraído do Paraná e de Santa Catarina. No panorama geral, tal redivisão, junto à 1ª Divisão Regional do Brasil de 1942, pretendia garantir a segurança nacional e, ao mesmo tempo, combater o regionalismo negativo das oligarquias locais, substituído por outro regionalismo, considerado positivo e nascido do regime autoritário, responsável por produzir um reagrupamento de estados e territórios (GOMES, 2002, p. 178-179).

## **2.2) A Expedição Roncador Xingú e o apoio da Fundação Brasil Central.**

Em 1944, no artigo de Sílvio Fonseca<sup>15</sup>, intitulado “*Uma viagem ao Brasil Central*”, temos novamente um panorama do povoamento desordenado do colonizador, que ficou no litoral pelas facilidades e raramente foi em direção ao interior do país. Ideia clara na seguinte parte:

---

<sup>14</sup> Para uma análise do Território Federal de Ponta Porã, ver Camila Comerlato Santos (2016).

<sup>15</sup> Correspondente de Guerra da Agência Nacional junto à F.E.B.

Vítimas de uma colonização desordenada, onde o colonizador não queria se aprofundar muito para não ter longos caminhos a palmilhar na volta, ficaram as populações debruçadas sobre o mar, agarradas ao litoral, olhos fixos no nascente. Para o leste, para o interior, um ou outro movimento de penetração se assinalou. Todos inconstantes, muito mais sortidas que marchas de penetração (FONSECA, 1944, p. 7).

Segundo Fonseca, os bandeirantes foram exceção, pois investiram em direção ao sertão, hinterlândia, em busca de melhores condições de vida, com o ciclo do ouro e da borracha, a mineração do ouro e quando os recursos esgotavam, rapidamente voltavam para as cidades litorâneas com o que tinham conquistado. Ou seja, o papel dos bandeirantes para o autor é o de aventureiros, que, na busca de riquezas, oportunidades, rumavam ao interior do país. Dessa forma, ainda era necessário conquistar aquele imenso território. A Marcha para Oeste, para Fonseca, era o oposto dos bandeirantes, pois não era aventureira como as “entradas” e sim, com o objetivo de fixar o homem.

O relato de Fonseca busca mostrar como era o Brasil Central, suas riquezas naturais, diamantes, terras férteis de diferentes cores, gado rico e diverso, chegando até Uberlândia e depois em direção à Goiás. Segundo ele, o caminho era longo e cansativo, e por isso os motoristas de caminhão seriam espécies de heróis desbravadores; todavia, o seu heroísmo não é tão gratuito assim, pois recebiam dinheiro para isso. O autor aborda a Fundação Brasil Central, anteriormente chamada de Coordenação da Mobilização Econômica (1942). Este órgão seria responsável por instalar uma base, estocar gêneros em quantidades suficientes para abastecer os postos que vinham sendo construídos junto à abertura de estradas para proporcionar o acesso aos novos postos avançados. A fundação, repetindo este processo, chegou em Barra de Garças, enquanto aguardava a Expedição Roncador Xingú. Esta expedição, através do decreto-lei nº 4.750, de 1942, teria a sua organização colocada nas mãos do Coordenador da Mobilização Econômica, o ministro João Alberto, responsável pelo projeto de abertura de vias de comunicações com o Amazonas através do



interior do país, povoando e explorando o interior do país, por exemplo, as cabeceiras do rio Xingú (FONSECA, 1944).

Os problemas do povoamento começavam aqui, segundo Fonseca, pois as estradas antes transitáveis, tornavam-se barreiras para os caminhões entre Rio Bonito e a Barra devido aos inúmeros atoleiros. Segundo ele, as estradas tiveram grandes melhoras, devido ao projeto do governo, que precisava trazer mantimentos de Uberlândia até Barra de Garças para apoiar a Coluna do Coronel Flaviano de Mattos Vanique, responsável pela Expedição Roncador Xingú. Devido aos constantes problemas nas estradas, o avião e a tropa de burros eram cogitados como soluções. O homem, então, finalmente iniciaria a sua fixação no território, como no relato do autor:

Mato a dentro, vão os homens da coluna abrindo picadas mais ou menos duradouras, até atingir o ponto pré-estabelecido como objetivo do lance. Ai param, e, logo ao se fixar, ao mesmo tempo que constroem cabanas, tratam de abrir um campo de aviação. O avião, aliás em toda a marcha, desempenha função relevante de orientação. Pelo rádio, comunicam-se, diariamente, com a base de onde, pouco depois, em suas pegadas, parte um segundo escalão abrindo mais e tornando em estradas carroçável a picada aberta (FONSECA, 1944, p. 14).

Caminhando para a conclusão, segundo Fonseca, na região encontravam-se muitos garimpeiros em busca da sorte. Mesmo aqueles que conseguiam receber a sua parte da comissão ficavam sem saber o que fazer com o dinheiro, acabavam gastando a pequena fortuna e nada realizando de útil, o que seria um símbolo da falta de assistência ao homem do interior. Muitas vezes estes mesmos homens, como os do garimpo, varavam florestas em busca de riquezas para ir para o litoral, rasgando a terra sem preocupação em abrir caminhos ou sem avaliar a fertilidade das terras que passam, diz o autor. Fonseca conclui o artigo afirmando que a Fundação Brasil Central (FBC) tinha o objetivo, justamente, de vencer este nomadismo dos processos de exploração, levando assistência para o homem fixar-se à terra.

A Fundação Brasil Central foi criada em 1943, através do decreto-lei nº 5.878, tendo o seu objetivo principal decretado pelo art. 1: “destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental”. João Alberto, ministro da Coordenação da Mobilização Econômica, assumiu a presidência do órgão, tendo ordens de proporcionar condições para a realização da Expedição Roncador-Xingú. Segundo Maia (2013), o fato da FBC ser organizada como uma entidade de direito privado lhe deu grande flexibilidade para fundar cidades, fazer campos de aviação, construir usinas e ferrovias, além de gerir entrepostos comerciais. Todavia, este fato também dificulta a avaliação do impacto efetivo da FBC, devido à confusão de atribuições. O segundo objetivo seria proporcionar uma rota de comunicação direta entre a capital do país e a cidade de Manaus. A região era de extrema importância para o país e para os Estados Unidos, que firmaram um acordo exclusivo para negociar a exportação da borracha, essencial para a Segunda Guerra Mundial (MACIEL, 2011).

É importante ressaltar, conforme os estudos de João Marcelo Ehlert Maia (2013), que essa região atendida pela FBC, que seria o “Brasil Central”, é completamente desconhecida no discurso dos intelectuais. O próprio ministro João Alberto e Artur Hehl Neiva afirmam não ter informações detalhadas sobre a extensão administrada pela FBC na região central (MAIA, 2013, p. 79). Nesse sentido, se têm um olhar indefinido sobre esta área desconhecida, no qual o discurso é formulado como numa espécie de aventura das atividades realizadas. O mesmo discurso épico se observa na justificativa dos bandeirantes, que será abordada logo em seguida neste capítulo.

O ministro João Alberto, em 1943, recebeu um espaço na revista para um artigo intitulado “*O vale do Xingú*”, desenvolvendo o seu argumento sobre a política colonial de ocupação do interior. Na sua opinião, esta política estava abandonada nos dias atuais; entretanto, ela existiu nos tempos coloniais. Ou seja, para João Alberto, o governo por-

tuguês possuiu uma política de ocupação do interior que foi colocada em prática, como podemos ver no seguinte trecho:

O governo português fez construir aí um forte que na verdade representa uma verdadeira maravilha de construção em pedra, e adotou tal política porque, como se sabe, antigamente, sob a ocupação e a posse é que se indicava o direito de propriedade. Era dono quem primeiro atingisse a posse de alguma coisa. Além disso, o receio de que um dia o governo espanhol apresentasse dúvidas sobre a legitimidade da ocupação determinou tal critério da parte da metrópole portuguesa. Isso reconhecendo, o colono português foi penetrando pelo interior do país, afastando-se, por conseguinte, cada vez mais do litoral. Daí haver estabelecido a capital de Mato Grosso, a antiga cidade de Vila Bela, no interior, garantindo ainda mais a posse de suas terras. A esse respeito, devemos tecer louvores à tenacidade dos colonizadores portugueses e lamentar a cessação dessa política (ALBERTO, 1943, p. 173)

O argumento de João Alberto é inovador, visto que é o único autor a trabalhar com a ideia de que existia uma política colonial de ocupação do interior, contrariando o argumento de todos outros intelectuais anteriores e posteriores nas páginas da revista *Cultura Política*. Como observamos no argumento acima, o governo português, preocupado com o governo espanhol, utilizou-se do princípio de *uti possidetis*, ocupando o interior do país e garantindo a posse do território. Esta política, segundo o autor, descontinuada pela monarquia, com a exploração do litoral, a civilização da Capital e por fim, a República, levaram à descontinuidade desta política nos dias atuais. Para Alberto (1943, p. 174): “o que se viu foi o movimento em sentido contrário – o abandono completo do “hinterland” brasileiro”. Sob orientação da política do Estado Novo, o autor afirma que o país caminhava em direção ao interior e acreditava ser inadmissível ficarmos presos ao litoral:

Ademais, não é possível admitir que o Brasil se reduza a meia dúzia de cidades desenvolvidas no litoral. Temos que marchar para o interior e jamais ficar amarrados à beira-mar. Seria o mesmo que dispormos de um edifício de vinte e um andares e residirmos todos, asfixiados, no andar térreo, só para deixarmos de construir um elevador... Desde que o Brasil contém reservas

de grandes riquezas, é nosso dever explorá-las e promover o seu fácil escoamento. Não nos falta, felizmente espírito empreendedor. (ALBERTO, 1943, p. 175)

O autor conclui afirmando que esta marcha para o interior realizava-se com o governo do Estado Novo, atraindo o homem e despertando o espírito de aventura, que abria novas perspectivas e horizontes para aqueles homens capazes, de bravura e coragem.

### **2.3) O bandeirantismo histórico como justificativa ao projeto político e um dos seus principais defensores, Cassiano Ricardo.**

Outra justificativa para a necessidade de povoamento era recorrente no discurso dos intelectuais, relacionada ao desbravamento histórico dos bandeirantes na hinterlândia. Em março de 1941, no artigo intitulado “*O Estado Novo e o seu sentido bandeirante*”, de autoria de Cassiano Ricardo é a primeira vez que o argumento bandeirante aparece nas páginas da revista *Cultura Política*, como símbolo do desbravamento histórico e base do futuro povoamento do interior. O autor, é talvez, o expoente do tópico “bandeirantismo histórico”, durante o Estado Novo, utilizado como uma das justificativas da marcha para Oeste moderna do governo Vargas. A sua obra “*Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*”, publicada em 1940, colocou o assunto na pauta dos intelectuais que justificavam a “marcha moderna”, ou seja, em oposição àquela dos bandeirantes, denominada de “marcha histórica”.

Neste artigo, Cassiano Ricardo realiza uma espécie de síntese das principais ideias apresentadas no seu livro. Segundo o autor, existiam no Brasil Colônia três sociedades: a sociedade agrária do litoral, monocultora, patriarcal, brancos, com suas casas grandes (essa estudada por Gilberto Freyre); sociedade pastoril, deslocada para os sertões, o nordeste dos vaqueiros e dos currais; a sociedade bandeirante, ao sul, localizada intraserra mestiçada com aborígenes, destinada a explorar ouro e prata. Para Ricardo, a diferença destas três é marcante:

No Nordeste, o apego à propriedade imobiliária, ao latifúndio, explica o senhor feudal da região comandando as suas milícias rurais; no Sul, o nenhum apego do planaltino à ideia de propriedade imobiliária explicaria a bandeira. Graças, justamente, à falta de pedra para casas grandes, e dado o desembaraço proveniente do nenhum compromisso com a propriedade imobiliária e latifundiária, o homem do planalto pode ser bandeirante e deixar, a qualquer hora, os bens que possui para calçar botas altas e se meter no mato atrás dos mitos e itaberás resplandescentes. De um lado, terra a dentro e em marcha para Oeste – a bandeira; do outro lado, acumpliciado com o capitalismo europeu, a casa grande (RICARDO, 1941, p. 112).

A partir da citação acima e segundo Cassiano Ricardo podemos concluir que as três sociedades estavam relacionadas, apesar de conflitantes e totalmente distintas. Na opinião do autor, o bandeirante era um caso único, justamente por isso nenhum senhor de engenho, por exemplo, poderia resolver virar um bandeirante. Na bandeira existe uma democracia social, segundo Ricardo pois todos marcham juntos e não haveria escravos. O índio, por exemplo, em vez de segregado, escravizado, era aproveitado pela sua capacidade biológica e psicológica de dar movimento a marcha, devido aos seus conhecimentos. Já os negros prestariam um grande serviço sem saber, através do trabalho nas minas, organização da tropa, lavouras, descanso sedentário (ESTERCI, 2013).

O bandeirante, além de povoar o país, para Cassiano Ricardo criava uma democracia, hierarquização social. Para o autor, a ideia de *self-government* (governo independente) também nascia da bandeira, que era governada pelo chefe e que poderia responder ou não às autoridades coloniais. Aqui, claramente, o autor faz uma alusão aos estudos de Frederick Turner, pois no Oeste dos Estados Unidos, nascia também o *self-government*, muito diferente daquele governo exercido na costa, como demonstrou Oliveira (2008). No caso brasileiro, a situação era muito parecida, pois o novo governo que nascia na hinterlândia era muito diferente daquele do litoral (conservador, anti-revolucionário), sendo um molde do governo autoritário, disciplinador, forte, assim como o chefe

que guiava a bandeira. O principal exemplo da argumentação de Cassiano Ricardo na opinião de Oliveira (2008), é a distinção entre a cultura do café e a do açúcar proposta pelo autor. A cultura do café teria gerado a sociedade bandeirante, exigindo a renovação da terra, o movimento de expansão ao interior, recusando o sedentarismo e ligada aos ideais democráticos. Já a cultura do açúcar era aquela do senhor de engenho, sedentária, aristocrática, conservadora. Por fim, o pensamento do autor sobre a relação do Estado Novo e do bandeirantismo histórico fica claro no seguinte trecho:

Bandeirante no apelo às origens brasileiras; na defesa de nossas fronteiras espirituais contra quaisquer ideologias exóticas e dissolventes da nacionalidade; no espírito unitário, um tanto anti-federalista; na soma de autoridade conferida ao chefe nacional; na “marcha para o oeste” que é também sinônimo do nosso imperialismo interno e no seu próprio conceito; isto é, no seu conceito “dinâmico” de Estado (RICARDO, 1941, p. 132)

Para Cassiano Ricardo recorrer ao argumento dos bandeirantes como justificativa da Marcha para Oeste era, acima de tudo, recuperar as nossas origens, verdadeiro espírito brasileiro numa expansão ao “coração” (interior) do país já conquistado anteriormente. E o chefe da Nação (Getúlio Vargas) era um exemplo de chefe, assim como aquele das bandeiras. Oliveira (2008) também explica a necessidade vista por estes intelectuais de integrar o homem e o território. Em vez de um “imperialismo” externo, este era interno, cujo maior exemplo foi Rondon, na opinião da autora. A mesma ideia é ressaltada pela autora, quando afirma:

(...) os bandeirantes são a inspiração histórica para os novos empreendimentos de ocupação política e cultural do sertão que os bandeirantes já tinham conquistado. Nos anos 1940, cabia ao Estado realizar essa expansão interna, algo como “crescer por dentro”, crescer do litoral para o interior (OLIVEIRA, 2008, p. 20).

Sílvio Fonseca no artigo já citado aqui “*Uma viagem ao Brasil Central*”, coloca os bandeirantes como exemplo daqueles que investiram

bravamente no sertão, durante o ciclo do ouro, borracha, ou seja, aventureiros como os de hoje em dia; entretanto, com objetivos distintos. No caso dos bandeirantes, o objetivo era voltar ao litoral após completa a exploração e a marcha atual não tinha a mesma concepção, pois previa o povoamento através da fixação do homem. Tal ideia fica clara nas palavras do autor: “E é essa marcha, não com o cunho aventureiro das “entradas”, que a Fundação-Brasil Central vêm realizando” (FONSECA, 1944, p. 8).

O bandeirantismo histórico foi idealizado através de vários autores. Em 1943, José Bittencourt<sup>16</sup>, no artigo “*O Presidente Getúlio Vargas e o caminho do ocidente*”, afirma que o bandeirante foi aquele que teve coragem de desbravar o Oeste, pintando o mapa brasileiro. Quando terminaram o seu objetivo, muito distante do povoamento, o Oeste voltou a ser uma epopeia, na opinião do autor (1943, p.33). Somente através dos esforços de Getúlio Vargas e do Estado Novo, a Marcha Moderna, do século vinte, virava o exemplo de coragem nacional, numa alusão aos bandeirantes históricos. Para Bittencourt (1943, p. 34) na obra de Cassiano Ricardo, a fronteira do povo bandeirante está em mobilização permanente, caminhando no campo espiritual, econômico, sentimental. Como vimos anteriormente, esta ideia veio dos estudos de Frederick Jackson Turner, sob a perspectiva norte-americana de avanço da fronteira.

O Ministro João Alberto, responsável pela Coordenação da Mobilização Econômica, no artigo *Vale do Xingú*, também de 1943, expôs a sua opinião, colocando o papel crucial dos bandeirantes para a Nação. Na sua opinião, os bandeirantes além de desbravarem o interior e as suas riquezas, acabaram criando cidades ao longo da sua marcha histórica:

Após essa época, realmente decisiva para o Brasil, - continuou coordenador - veio a das Bandeiras, dos grandes movimentos de aventura, isto é a era da conquista do ouro, da caça ao braço trabalhador. Os bandeirantes representaram papel fundamental no desenvolvimento do país, criando verdadeiras cidades, pois se deslocavam em grandes levas (ALBERTO, 1943, p. 174).

---

<sup>16</sup> Secretário do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Goiás

Dessa forma, podemos observar que os intelectuais possuíam uma série de argumentos parecidos, exaltando o feito dos bandeirantes na conquista do interior do país. Em 1944, Paulo Augusto de Figueiredo, no artigo “*O Estado Nacional, Goiânia e a redivisão política do Brasil*”, coloca a necessidade de retomarmos o bandeirismo histórico, com a sua bravura na conquista da hinterlândia. Todavia, segundo o autor, desta vez teríamos um “bandeirismo” planejado pelo Estado. A retomada deste bandeirismo em pleno Estado Novo, era Goiânia, exemplo do início da Marcha para Oeste e da recuperação das áreas mortas do interior do país.

Goiânia é como que a bota do Brasil bandeirante de Getúlio Vargas, do Brasil que, em espírito e em sentimento, deixou, como disse o chefe da nação, “de ter áreas mortas e territórios de reserva”, do Brasil que “quer sentir-se na plenitude de suas forças (FIGUEIREDO, 1944, p. 150).

É possível concluir que nesta busca pela revalorização do interior do país, integrando e povoando-o, acabou por se recorrer a uma série de justificativas, no qual o bandeirismo histórico, sem dúvidas, foi uma das mais recorrentes nas páginas da revista *Cultura Política*.

#### **2.4) A região Amazônica e suas riquezas como justificativa do projeto político**

Uma das justificativas mais assíduas ao projeto da Marcha para Oeste durante o Estado Novo, estava presente na região Amazônica. O governo tinha grandes planos e preocupações com esta região do país, tanto pela necessidade de povoamento em prol da defesa nacional, quanto pelas inúmeras riquezas naturais presentes na região, especialmente a borracha durante a Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, segundo Maria Verónica Secreto (2007, p. 116), o projeto da Marcha para Oeste não englobava a região amazônica, mas logo se estendeu até ela, criando



um verdadeiro “imaginário oficial” sobre esta região do país, que viria a ser povoada pelos nordestinos, preferencialmente.

Dentro deste discurso oficial que visava povoar a região Amazônica, estava a fala de Getúlio Vargas, realizada no dia 10 de outubro de 1940, em Manaus. Devido a sua importância ao projeto governamental da Marcha para Oeste, dedicou-se espaço exclusivo em 1941 para um artigo intitulado “*O Discurso do Rio Amazonas*”, nas páginas da revista *Cultura Política*. O artigo é o texto integral do discurso do Presidente da República, em Manaus, no dia 10 de outubro de 1940. Na opinião de Vargas, a luta pela conquista da terra, sujeição da floresta, domínio da água, vinha se realizando há séculos com sucesso e agora muitas vitórias viriam pela coragem do Estado brasileiro. A preocupação em fixar o homem era clara, evitando a dispersão, como no seguinte trecho:

E’ tempo de cuidarmos, com sentido permanente, de povoamento amazônico. Nos aspectos atuais o seu quadro ainda é o da dispersão. O nordestino, com o seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E ao seu lado, em contacto apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vasante para consumo doméstico. Já não podem constituir esses homens de resistência indobrável e de serena coragem, como nos tempos heroicos da nossa integração territorial, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco, os elementos capitais do progresso da terra, numa hora em que o esforço humano, para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômico dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto (VARGAS, 1941, p. 228).

Getúlio Vargas deixa claros os objetivos do Estado brasileiro na Amazônia através da citação acima, ressaltando a necessidade de povoar, fixando o homem à sua terra, através da ajuda dos núcleos de cultura agrária e do governo, que cederia gratuitamente os lotes de terra, além

de proporcionar as condições para o homem viver com saúde e conforto. Todavia, nas páginas seguintes, o presidente da República não desconsidera o contexto internacional perturbado e os grandes sacrifícios que poderiam ser necessários em breve em decorrência da Segunda Guerra Mundial. O “imaginário de riquezas” também estava presente no discurso de Vargas, ressaltando a fertilidade extraordinária da região, as águas continentais do Amazonas, as inúmeras riquezas que poderiam ser descobertas e que estavam disponíveis ao homem civilizado, capaz de conquistar e dominar, transformando a história da terra e da civilização através do povoamento planejado pelo Estado Novo.

Péricles Melo Carvalho, em 1941, como diretor do Departamento Nacional de Imigração, enviou oito mil trabalhadores nordestinos para os seringais do Alto Amazonas e do Acre, iniciando o projeto da Marcha para Oeste ao norte do país. A situação sofreria uma reviravolta com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942 e a consequente assinatura de uma série de acordos, denominados “acordos de Washington”, neste mesmo ano (SECRETO, 2007, p. 119). De acordo com Gerson Moura (1980), estes acordos visavam principalmente: 1) a criação de uma corporação destinada a promover a expansão econômica brasileira, com cooperação técnica e financeira dos Estados Unidos; 2) projeto de modernização da mina de Itabira e da ferrovia Vitória-Minas; 3) fundo para o desenvolvimento da produção de borracha; 4) conforme a necessidade e acordo já firmado em 1941, o governo brasileiro comprometia-se a vender com exclusividade aos Estados Unidos materiais considerados estratégicos.

Após os acordos de Washington, na opinião de María Verónica Secreto (2007, p. 119-120), Vargas viu-se forçado a desistir dos planos do governo de povoar e ocupar a região Amazônica. O programa de fixar o homem à terra através da Marcha para Oeste, acabou por tornar-se uma corrida à exploração extrativa tradicional e ao já conhecido “nomadismo”. O maior objetivo de transformar a exploração nômade em sedentária, era deixado de lado devido às circunstâncias do conflito mun-

dial e aos compromissos firmados com os Estados Unidos. Esta ideia fica clara no pensamento da autora, quando afirma que: “A idéia de povoamento, de famílias sendo encaminhadas para a região amazônica, foi substituída pela de recrutamento de trabalhadores, *homens*, a serem transladados em caráter de urgência para os seringais.” (SECRETO, 2007, p. 121).

Ao escolher o “nordestino” como elemento crucial na política demográfica da região Amazônica, criou-se um mito que exaltava o “instinto pioneiro”, daquele nordestino que no passado tinha se embrenhado pelas florestas, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre no passado. Deste sertanejo esperava-se mais três sacrifícios, segundo Secreto (2007) e Andrade (2010), que se dirigisse às fronteiras do Oeste da Amazônia, aguardasse a chegada da legislação social e não fosse em busca das cidades. Colocava-se o nordestino como o escolhido, tendo o seu destino marcado pela conquista da Amazônia, o seu direito à terra e a ocupação destes “espaços vazios”. A situação caminhava, como vimos, através do envio destes contingentes populacionais ao Oeste da Amazônia; entretanto, o seu objetivo de colonização e fixação acabou sofrendo uma dura mudança, reconhecida inclusive pelo presidente da República:

Hoje, o problema se apresenta incomparavelmente mais grave. Não mais se trata de uma industrialização para as nossas necessidades pacíficas, mas de produzir para o consumo gigantesco de uma Guerra Mundial. É o problema de nossos aliados, aos que devemos fornecer a borracha sobre a qual rodarão as armas vitoriosas da liberdade (VARGAS, 1943 apud SECRETO, 2007, p. 121).

A demanda pela borracha para a Segunda Guerra Mundial forçou a mudança na conjuntura política do governo, abalando os planos de fixação do homem na região Amazônica. Iniciava-se a Campanha da Borracha, que incorporava o homem-trabalhador nordestino como elemento central neste trabalho. Em 1942, através do decreto-lei nº 4.750, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), através do decreto-lei nº 5.044. O SEMTA recrutava

o trabalhador, levando-o até Belém; já a SAVA tratava de colocar este trabalhador nos seringais, realizando o intermédio com a Rubber Development Corporation, fornecendo diretamente os gêneros essenciais aos seringueiros (SECRETO, 2007).

Um exemplo da divulgação da Amazônia para os seus potenciais colonizadores é oferecido pelo trabalho de Jean Pierre Chablotz, pintor suíço, que emigrou para o Rio de Janeiro em 1940, fixando a residência em Fortaleza. Este suíço teve um papel crucial na propaganda oficial do SEMTA, construindo folhetos e cartazes com as técnicas de desenho e fotografia<sup>17</sup>. Vale ressaltar que Chablotz trabalhou na Europa com publicidade, realizando vários cartazes publicitários que enriqueceram sua experiência na área. Seus cartazes eram convidativos, criando a imagem de fartura no vale Amazônico, distante da pobreza da casa do sertanejo. Esta criação de uma imagem idílica era comum em Chablotz, como afirma María Verónica Secreto, em uma das representações:

(...) Toda a cena é idílica e indica fartura: casa, lenha, porcos, galinhas, boi e, para completar o quadro, uma criança brincando e uma mulher pendurando roupas brancas no varal. Até mesmo a densa floresta amazônica não é tão fechada e deixa passar alguns raios de sol. A casa está cercada e o homem está tirando látex de uma seringa vizinha ao cercado (SECRETO, 2007, p. 128).

Os cartazes tinham um objetivo específico, levar o trabalhador ao vale Amazônico; entretanto, o uso deste meio explica-se pelo fato que a sociedade, na sua grande maioria, era analfabeta nesta época. Quando a assistência médica, alimentícia, transporte, vestuário, parou de ser paga pelo SEMTA em 1944, as famílias que foram ao Oeste da Amazônia sentiram-se abandonadas e enganadas. Em 1945, a imprensa internacional denunciava o desastre da campanha da borracha e seus 25 mil mortos e desaparecidos (SECRETO, 2007).

Do outro lado desta propaganda publicitária, utilizava-se a exaltação da região Amazônica e do sertanejo para o povoamento e proveito destas

---

<sup>17</sup> Para uma análise acerca dos cartazes de Chablotz na propaganda da Amazônia, ver Moraes (2012).

riquezas. Segundo os estudos de Rômulo de Paula Andrade (2010), os intelectuais do Estado Novo utilizaram-se do pensamento de Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Alfredo Ladislau, nas páginas da revista *Cultura Política* e, principalmente, na questão Amazônica. Euclides e Rangel tiveram suas obras sobre a Amazônia marcadas pelo *boom* da borracha, enquanto Ladislau escrevia após o fracasso do processo. Euclides da Cunha falava das riquezas da natureza e das suas inúmeras dificuldades, que deveriam ser superadas e incorporadas ao desenvolvimento nacional. Ou seja, na opinião deste autor, Euclides trabalha com a ideia norteadada pelo darwinismo social, determinismo geográfico, no qual os mais que se adaptam as condições da natureza, tornam-se os mais aptos (ANDRADE, 2010).

Alberto Rangel trabalha com a ideia de uma natureza provedora do homem e também algoz. Na sua obra, *“Inferno verde”* (1908), o homem que vêm de fora da região Amazônica sofre com as doenças, clima, enquanto aquele que é nativo, resiste bem as condições do meio. Os três autores, Euclides, Rangel e Ladislau, concordavam que era necessário incorporar a região à marcha histórica do país, com maior atenção do governo, criando a retórica do “abandono histórico” pelo poder central (ANDRADE, 2010; GOMES, 2002, p. 172). A retórica seria utilizada pelo Estado Novo, no projeto da Marcha para Oeste, incorporando o papel do sertanejo:

O principal elemento da obra de Ladislau que fora utilizado pelo ideário varguista está no conto “Terra Imatura”, onde os personagens Arianda e Aiúna conversam sobre os problemas e as possíveis soluções para a Amazônia. No conto, a proclamada vida malsinada do elemento local, chamado pelo autor de “mongo-malaio”, não seria resultado somente do clima ou da alimentação, e sim da falta de orientação, que não teria sido dada pelos governos centrais do Brasil, os quais poderiam ter incentivado a imigração de povos oriundos de uma raça vigorosa. Pesava sobre a Amazônia uma fatalidade histórica: era uma Canaan que ainda esperava seu povo (ANDRADE, 2010, p. 457).

Podemos concluir que entre as diversas justificativas apresentadas no capítulo 2, o abandono histórico da Amazônia foi amplamente apropriado pelos intelectuais do Estado Novo e utilizado no projeto da Marcha para Oeste. Tal abandono histórico da região recebia uma solução através do projeto político capitaneado pelo governo Vargas. Este argumento foi colocado como central no abandono da região Amazônica, pois os intelectuais da revista *Cultura Política*, deixaram de lado o pensamento dos autores sobre as barreiras do clima na região. Acima de tudo, o caboclo e o nordestino eram os “sobreviventes”, “raça forte”, da Amazônia, enquanto os verdadeiros culpados pela situação de abandono eram as elites dirigentes. No próximo capítulo, entenderemos melhor como o Estado Novo estruturou as soluções e justificativas da Marcha para Oeste mais diretamente no campo econômico.

## **A ação econômica do Estado nas áreas de expansão da fronteira segundo a *Cultura Política***

A separação proposta neste trabalho entre a política demográfica tratada no capítulo anterior e o problema econômico abordado neste capítulo é meramente para fins analíticos, visto que a forma como o Estado pensa a gestão dos recursos da hinterlândia acaba por condicionar a administração política destes territórios e os planos de povoamento, como veremos a seguir. Os intelectuais que escreviam para a revista *Cultura Política* também acabavam, obviamente, tratando conjuntamente os dois assuntos que são interrelacionados.

Um exemplo disso é o artigo de Péricles Melo Carvalho, já citado aqui, “*A concretização da Marcha para Oeste*”, de 1941, em que refere-se a essa questão econômica, abordando como a emigração rural para as cidades acabou por deixar as terras do interior do país desprotegidas, ameaçando a estabilidade econômica da Nação. Estas terras possuíam diversas riquezas para a expansão econômica e territorial do país, além dos solos férteis, “esquecidos” no hinterland, ideia presente nas suas palavras: “As terras abandonadas, devido ao abandono do interior, também deixavam riquezas e um solo muito fértil esquecido devido às dificuldades de acessibilidade. O povoamento destas, era marca do sucesso na história” (CARVALHO, 1941, p. 15).

### 3.1) Riquezas naturais e a história de sua regulamentação

Durante o Estado Novo, a proteção das riquezas naturais foi de grande preocupação do governo, diferente dos governos anteriores. Durante o Império, a constituição de 1824 deixava um vazio quanto à questão da exploração das minas e somente em 1891, com a nova constituição, as minas eram tratadas como pertencentes ao proprietário do solo, mesmo assim, podendo ser tomadas pela Coroa. Em 1915, através do decreto nº 2.933, chamado de Lei Calógeras, criava-se a primeira distinção entre propriedade das minas e propriedade do solo. Nesse mesmo sentido, em 1921, aprovou-se a Lei Simões Lopes, através do decreto nº 15.211, responsável por reforçar a distinção entre a propriedade das minas e do solo (ANDRADE, 2011).

A importância das leis Calógeras e Simões Lopes foi o fato de removerem a noção de que o proprietário do solo também era automaticamente o proprietário das minas. A primeira, com suas limitações, deixava de considerar jazidas de ferro, por exemplo, como minério, mas criou precedente para a Lei Simões Lopes, que ampliou o conceito de minérios. A segunda, criou benefícios para o explorador, que poderia receber isenção de tributos para importação de maquinários para a atividade e tarifas mais acessíveis no transporte da mercadoria. As duas leis também determinavam que aquele proprietário que não explorasse a mina realizasse pesquisas, podendo ser obrigado a ceder a sua exploração a um terceiro. Já a reforma constitucional de 1926 limitava a exploração de minas e riquezas que fossem úteis à segurança e defesa nacional, assim como proibia a transferências destas para proprietários estrangeiros (VENÂNCIO FILHO, s.d.).

A partir de 1930, o governo interessado nas riquezas da hinterlândia, preocupou-se com a questão muito antes do lançamento do projeto da “Marcha para Oeste” em 31 de dezembro de 1937. Já na Constituição de 1934, através do art. 119<sup>1</sup>, restringia-se o acesso às riquezas (jazidas

---

<sup>1</sup> Constituição de 1934: “Art.119. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei.

§ 1º - As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas



minerais, minas, fontes hídricas) do país aos estrangeiros, ficando disponíveis somente aos brasileiros, em regime de propriedade privada, mediante autorização do governo federal. Esta medida vinha também por incentivar o nacionalismo que será reforçado em 1937 através do Estado Novo, pretendendo proteger as nossas riquezas econômicas (BARROSO, s.d., p. 3). Ainda em 1934, foi sistematizada a legislação mineral no país, através da criação do Código de Minas, que reconheceu todas as minas e jazidas como propriedade privada e aquelas não declaradas, ou não descobertas, como domínio público da União. O governo, através de contratos de concessão, possibilitou a exploração de minas públicas, que deveriam ser exploradas sob as disposições do contrato. (VENÂNCIO FILHO, s.d.; ANDRADE, 2011)

Já a constituição de 1937 viria por reforçar a mesma preocupação nacionalista, resguardando as riquezas naturais do país, através do art. 143<sup>2</sup>, bastante semelhante ao da Constituição de 1934. Esta preocupação se reflete na criação de vários códigos, citados por Seth Garfield (2013):

---

organizadas no Brasil, ressalvada ao proprietário preferência na exploração ou co-participação nos lucros.

§ 2º - O aproveitamento de energia hidráulica, de potência reduzida e para uso exclusivo do proprietário, independe de autorização ou concessão.

§ 3º - Satisfeitas as condições estabelecidas em lei, entre as quais a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer, dentro dos respectivos territórios, a atribuição constante deste artigo.

§ 4º - A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água ou outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do País.

§ 5º - A União, nos casos prescritos em lei e tendo em vista o interesse da coletividade, auxiliará os Estados no estudo e aparelhamento das estâncias mineromédicinas ou termomédicinas.

§ 6º - Não depende de concessão ou autorização o aproveitamento das quedas d'água já utilizadas industrialmente na data desta Constituição, e, sob esta mesma ressalva, a exploração das minas em lavra, ainda que transitoriamente suspensa.”

<sup>2</sup> Constituição de 1937: “Art. 143. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização federal. § 1º - A autorização só poderá ser concedida a brasileiros, ou empresas constituídas por acionistas brasileiros, ressalvada ao proprietário preferência na exploração, ou participação nos lucros. § 2º - O aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida e para uso exclusivo do proprietário independe de autorização. § 3º - Satisfeitas as condições estabelecidas em lei entre elas a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer dentro dos respectivos territórios, a atribuição constante deste artigo. § 4º - Independe de autorização o aproveitamento das quedas d'água já utilizadas industrialmente na data desta Constituição, assim como, nas mesmas condições, a exploração das minas em lavra, ainda que transitoriamente suspensa.”

In addition, the Vargas government created various federal instrumentalities and legal codes to regulate the usage of forests, minerals, and water; to guide research and policymaking for specific crops; to extend credit and technical assistance to smallholders; and to assist agriculturists in environmentally “challenging” regions [...] (GARFIELD, 2013, p. 37)

Nesse sentido, o regime estado-novista editou o Código de Minas em 1940, através do decreto-lei nº 1.985, realizando pouquíssimas alterações no original, como a possibilidade de recusa de autorização da exploração caso a lavra comprometesse o interesse dos bens públicos. O art.72 do novo Código de Minas também resguardava os minérios após a fase de lavra, quando a exportação dos minérios poderia ser barrada por ordem do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), com o objetivo de proteger os recursos de interesse econômico e militar do país. Segundo Ricardo Baretto de Andrade (2011), com a chegada da Segunda Guerra Mundial, o país enxergava a necessidade da nacionalização das suas riquezas, que possuíam papel estratégico no conflito mundial. A Grã-Bretanha possuía várias companhias mineradoras em Itabira, Minas Gerais, que foram nacionalizadas através de negociações intermediadas pelos Estados Unidos. De acordo com os estudos do autor, essa negociação é constatada através dos decretos-lei nº 4.324 e nº 4.352, de 1942. O último decreto encampou as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração S.A., além de criar a Companhia Vale do Rio Doce S.A., responsável pela exploração, comércio e transporte das minas de Itabira (ANDRADE, 2011; VENÂNCIO FILHO, s.d.).

### **3.2) Passado e presente: a história da política de comunicações e o plano nacional de viação**

Mário Travassos<sup>3</sup> realiza um estudo sobre a evolução da nossa política de comunicações, fator crucial para a economia nacional. O artigo, publicado em 1941, foi intitulado de “*Nossa política de comunicações*” e

---

<sup>3</sup> Tenente-Coronel, Instrutor Chefe do Curso de Preparação da Escola do Estado Maior do Exército

estabeleceu uma retomada histórica dos planos de viação desde 1881, com o Plano do Engenheiro Honório Bicalho, chefe da Diretoria de Obras Públicas. Tal plano foi apresentado pelo Governo Imperial ao Poder Legislativo, estabelecendo as principais linhas de viação, facilitando as comunicações internas entre as províncias do Império e intentando levar o progresso a todos lugares:

O primeiro meio que mais naturalmente se apresenta para vencer as grandes distâncias que quase isolam as diversas províncias do Império é *utilizar a navegabilidade natural e aperfeiçoada* dos rios mencionados e dos afluentes e ligá-los por meio de estradas de ferro *convenientemente traçadas em posição das grandes linhas futuras*, e formar assim primeiras *linhas gerais mixtas* de viação a vapor, que atuem como grandes artérias para levar o movimento da intelectual e o impulso do progresso das capitais a todos pontos do gigante corpo do Brasil (BICALHO, s.d. apud TRAVASSOS, 1941, p. 30)

Segundo Travassos, o Plano Bicalho, pioneiro, nasceu para o fracasso, devido à resistência do seu autor ao ambiente ferroviarista, que lançava estradas de ferro, desbravando sertões e promovendo a “civilização” em diversos outros países. No ano seguinte, em 1882, se reunia o Primeiro Congresso Ferroviário, formando uma comissão que criou o “Plano Bulhões”. Este plano seguiu as linhas de Bicalho, incidentalmente lançando mão das vias navegáveis e foi considerado, na opinião de Mário Travassos, inferior pela preponderância emprestada às vias férreas, tentadoras pela sua velocidade e potência. Durante o advento da República, em 1890, os planos de viação reduziram-se a simples atos de política administrativa e os parques ferroviários desenvolveram-se de acordo com os interesses regionais, deixando a estrutura, como um todo, deficiente (TRAVASSOS, 1941).

O governo Getúlio Vargas, preocupado com a questão da viação e dos prejuízos econômicos que a falta de investimentos neste setor causava ao país, criou o Plano Geral de Viação Nacional, em 1934, que pretendia consolidar os transportes no país, ampliando e melhorando a malha rodoviária. O Estado Novo, em 1937, criou o Departamento Nacional de

Estradas de Rodagens (DNER), subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. O DNER tinha a função de planejar, construir, conservar as rodovias do território brasileiro (LESSA; PEREIRA, 2011, p. 28).

[...] ainda em 1937, o DNER apresentou um plano nacional de estradas de rodagens, propondo a criação de dois grandes eixos rodoviários no território brasileiro: Um eixo, ligando a região sul à região nordeste, seguindo a costa litorânea; e outro eixo, ligando a região sul do Brasil à região amazônica, passando pelo interior do território brasileiro na região do Planalto Central (LESSA; PEREIRA, 2011, p. 29)

A preocupação com a ligação ao interior do país (hinterlândia) e a região amazônica coincidia com os planos do governo no projeto da “Marcha para Oeste”. O Estado Novo lançou o Plano Rodoviário Nacional em 1944, justamente pensando em incorporar o interior do país ao litoral (LESSA; PEREIRA, 2011), sendo 15 rodovias transversais focadas no sentido leste-oeste, ou seja, litoral-sertões:

(...) o “Plano Rodoviário Nacional” priorizando o aproveitamento econômico da malha rodoviária existente, e propondo a construção de 27 rodovias federais, subdivididas em três eixos: O primeiro, constituído por seis rodovias longitudinais (sentido norte-sul); o segundo, constituído por 15 rodovias transversais (sentido leste – oeste); e o terceiro, constituído por seis rodovias de ligação (GEIPOT, 2011, *grifo nosso* apud LESSA; PEREIRA, 2011, p. 29)

Dentro desta questão, Newton Vitor<sup>4</sup>, autor do artigo “*O Desenvolvimento Rodoviário do Brasil*”, de 1941, acreditava que o DNER vinha trabalhando para proporcionar aos brasileiros um maior conhecimento das “maravilhas” do país, desbravando a vida desconhecida do interior. Ao mesmo tempo, promoveria a completa independência econômica do país, através da abertura das rodovias, o mais intenso intercâmbio com todos países. Segundo o autor, com a abertura de tantas rodovias, já se pensava na utilização do gasogênio, em substituição à gasolina, devido à necessidade imposta pela Segunda Guerra Mundial. Na prática, esta solu-

---

<sup>4</sup> Trabalhava como jornalista em Pernambuco.

ção foi pouco eficiente, pois segundo os estudos de Lucas Silva da Silva (2009, p. 71), “o gasogênio tinha um desempenho em média 40% inferior ao da gasolina (...)”. Independentemente deste grave problema, podemos concluir que o crescimento das rodovias promovia um forte impulso à economia nacional, promovendo na opinião de Vitor, o domínio do nosso “hinterland” e encurtando as distâncias do país (GOMES; PANDOLFI; ALBERTI, 2002, p. 193). O papel dos engenheiros do DNER na transformação da Amazônia e na modernização brasileira, se deu através da proposta de criação de uma ampla infraestrutura que levou pessoas, bens, informações, por todas regiões do país.

“Engineers were also prime movers in the Amazon’s transformation, implanting the infrastructure that channeled flows of people, goods, and information. Although institutional histories have viewed engineers in Brazil as distanced from political decision-making due to their underrepresentation in legislative assemblies, the claim reflects a reductionist understanding of the political realm. Since the nineteenth century, engineer’s skills placed them at the vanguard of modernization in Brazil via the construction of public works, the extension of railroads and more rapid forms of communication, and the procurement and transformation of raw industrial materials [...]” (GARFIELD, 2013, p. 35)

Ainda em 1941, a revista *Cultura Política* inaugura um “artigo fixo” que será abordado ao longo dos anos, denominado de “*Aspectos da riqueza do Brasil*”, de extrema importância para a avaliação da posição da revista acerca dos recursos naturais, econômicos, industriais, transportes, comércio, no Brasil. O artigo inicia definindo três categorias de indústrias no nosso país: primeiro, a extrativa de matérias primas ou produtos; a segunda, de transformação de matérias primas em produtos; a terceira, responsável pela movimentação, transporte. Neste momento inicial, a Coluna Editorial optou por trabalhar com a indústria extrativa de minerais, especificamente com as pedras preciosas.

O código de Minas, discutido anteriormente aqui, vinha justamente regular esta exploração mineral, que ocorria desde 1727 e era extrema-

mente valiosa, compondo as riquezas nacionais. Só o Estado de Minas, em 1939, de acordo com a revista *Cultura Política*, produziu 28.887 gramas de diamantes e a exportação brasileira encontrava mercado em diversos países, como: Alemanha, Itália, Bélgica, Suécia, Grã-Bretanha, Estados Unidos. Agora, durante a Segunda Guerra Mundial, 76% dos diamantes iam para os Estados Unidos. Através do código de Minas, as zonas de garimpagem foram delimitadas e somente compradores autorizados pelo Estado podem adquirir e negociar os diamantes. Os lapidários também eram registrados, devendo manter o cadastro atualizado na Diretoria das Rendas do Tesouro Nacional.

Depois da aprovação do Código de Minas e estabelecido o regulamento relativo à garimpagem, são inúmeras as concessões dadas pelo Governo para particulares ou empresas explorarem a cata no território nacional (COLUNA EDITORIAL, 1941, p. 154).

Dada a regulamentação da mineração, o artigo também aborda o comércio das esmeraldas, outra riqueza mineral. Normalmente, sofreriam os mesmos processos do diamante na extração e também tinha larga aplicação em jóias. A sua ocorrência no país é localizada em Goiás, Minas Gerais e Bahia e tinha ampla aceitação na exportação, todavia, não da mesma forma que o diamante. O artigo, ainda, aborda as turmalinas, também utilizadas em jóias pela sua variedade de cores e a sua ocorrência na Bahia, Minas Gerais. Na exportação, as turmalinas tinham um preço altíssimo, também regulamentado pelo código de Minas. O mesmo ocorria com as águas-marinhas, uma variedade de esmeraldas, utilizada como adorno e comum nas mesmas regiões já citadas. O maior comprador de turmalina foi a Alemanha, seguida dos Estados Unidos.

A importância deste artigo, ao longo dos anos de publicação da revista *Cultura Política*, remetia diretamente ao âmbito da regulação da economia do país e suas riquezas minerais, através da criação de um Código de Minas e da sua constante atualização, visando a defesa da economia nacional, na visão dos porta-vozes do Estado Novo. Desta maneira, a exposição dos arti-

gos seguintes sobre este tópico não teria sentido aqui, pois apenas continuaria reforçando o mesmo argumento da importância do Código de Minas na defesa da economia nacional e das riquezas que poderiam ser encontradas no interior do país, deixando de lado as outras justificativas elaboradas e colocadas em prática pelo Estado Nacional.

### **3.3) A criação de Institutos na proteção da economia nacional: o Instituto Agrônômico do Norte e o vale Amazônico**

Dentro das iniciativas realizadas pelo Estado Novo para incentivar a Marcha para Oeste e a expansão econômica do país, esteve a criação de órgãos de proteção e incentivo à produção nacional. Exemplos disso foram os: institutos do Açúcar, Alcool, Cacau, Pinho, Mate<sup>5</sup>, Sal. Tais entidades foram responsáveis por instaurar medidas protecionistas. Entre estes órgãos, também estava o Instituto Agrônômico do Norte (IAN), criado pelo decreto-lei nº 1.245, de 4 de maio de 1939, com sede em Belém, responsável por realizar investigações e trabalhos experimentais sobre os fatores da produção agrícola e promover a difusão, o melhoramento, defesa e aproveitamento econômico das plantas cultivadas e silvestres da região (GARFIELD, 2013, p. 22). A importância do IAN foi destacada na revista *Cultura Política* já em 1941, através do artigo mensal denominado “*Panorama da atividade governamental II*”:

E' mais uma medida tendente a impulsionar o desenvolvimento da nossa agricultura, reafirmando a necessidade da intensificação do ensino técnico a que há pouco aludimos. O solo brasileiro está ainda não só para ser devidamente cultivado, como para ser conhecido analisado e estudado. A vasta extensão do país tem concorrido para que a natureza até agora não se revelasse inteiramente ao homem. Ainda não possuímos elementos seguros de avaliação de todos os nossos recursos naturais. Empreendimentos, como o Instituto Agrônômico do Norte, veem concorrer para isso e, conseqüentemente, para a utilização dos referidos recursos (COLUNA EDITORIAL, 1941, p. 223).

---

<sup>5</sup> Para uma discussão acerca da criação, finalidade do Instituto do Mate, ver Comerlato (2016, p. 62).

No artigo intitulado “*Política econômica do Brasil*” em 1941, Luiz Dias Rollemberg<sup>6</sup> retoma os problemas econômicos do Brasil, citando a importância do IAN. Na sua opinião, a Marcha para Oeste seria a solução dos diversos entraves à economia do país, pois ofereceria o desenvolvimento das colônias agrícolas do interior, desenvolvimento econômico das regiões através da sua integração, como a do Vale Amazônico, prestação de serviços sociais, legislação trabalhista que futuramente seria ampliada ao campo e advento da policultura. Todos estes avanços e benefícios, segundo Rollemberg, davam-se através da intervenção do Estado na economia, fator crucial para desenvolvimento da hinterlândia.

O autor também ressalta a importância da Marcha para Oeste no campo econômico, com a colonização dos estados no nordeste (interior), criação de colônias agrícolas, o desenvolvimento da pecuária e a exploração das riquezas minerais facilitada pela construção das estradas transcontinentais, cortando o país e ligando-o ao litoral. Dentro dos objetivos econômicos também estava a Amazônia, segundo o autor, preocupação predominante naquele momento. O próprio presidente da República, Getúlio Vargas, visitou a região Amazônica em 1940, deixando claro o seu interesse em fazê-la “ressurgir”. Os planos para a região eram claros:

(...) criação dos viveiros de plantações da seringueira e dos castanhais; no plano de desenvolvimento da plantação da hevea *brasiliensis*, em amplas extensões daqueles territórios, com a tendência para a criação de imensos parques de seringueiras em substituição à extração do látex nas árvores da borracha, as quais rareiam perdidas na imensidão da selva tropical; na fundação do Instituto Agrônomo do Norte, destinada a pesquisar as riquezas desconhecidas em tão importante zona do país, orientando o homem do campo no sentido de aproveitar o manancial de riquezas representado pelas fibras e óleo vegetais, pelas plantas de valor terapêutico, pelas madeiras de alto valor para mobiliários e pavimentações, as quais já vão encontrando acesso aos mercados internacionais (ROLLEMBERG, 1941, p. 312).

---

<sup>6</sup> Ex-Deputado Federal pelo Estado de Sergipe, escritor e jornalista



Apesar da preocupação recorrente com a região Amazônica, Rollemberg faz questão de ressaltar que as outras regiões do país não estavam abandonadas, pois existiam planos para a incorporação à unidade da economia nacional de Goiás, Piauí, Baía, norte do Paraná, sertão Pernambucano, Baixada Fluminense. Entretanto, naquele momento a questão do vale Amazônico era de extrema importância para o país, ressaltada pelas diversas ações realizadas pelo Estado Nacional na região, que levariam ao sucesso econômico e a melhoria do “standard” de vida dos seus habitantes, na opinião de Rollemberg. Isso já era constatado em vários Estados, como em São Paulo, onde a produção industrial atingia o valor total da produção de 10 anos antes. E a produção agropecuária cada vez obtinha mais sucesso, com o algodão e o café, aumentando a média per capita do padrão de vida brasileiro.

A criação do Instituto Agrônomo do Norte (IAN) e a constante preocupação do Estado Novo com a Amazônia, demonstravam 3 fatores marcantes, na opinião de Seth Garfield (2013, p.2): integração nacional, defesa das fronteiras e o crescente interesse global nas riquezas amazônicas. Na opinião deste autor, a região Amazônica agitou o “sentimento nacionalista” que estava sendo desenvolvido pela política estado-novista, aproveitando-se principalmente da demanda global pela borracha, a colonização da região e da sua incorporação à economia nacional através do aproveitamento dos seus recursos, fizeram parte de um imaginário do “orgulho” estado-novista (GARFIELD, 2013, p. 9-11).

Ao estudar a história do vale Amazônico, Garfield (2013, p. 18) afirma que a estabilidade econômica da Amazônica foi um ciclo refém de “booms” e fracassos, dos produtos da floresta. E seus momentos prósperos foram monopolizados pelos Estados Unidos ou pela Europa. A região teve um grande crescimento com o ciclo borracha, obtendo acesso aos recursos modernos do fim do século XIX: telefone, luz, construção do teatro Amazonas em 1884. Toda essa riqueza sofreu um declínio completo com o cultivo das sementes da *hevea brasiliensis*<sup>7</sup> na Ásia.

---

<sup>7</sup> Nome científico da seringueira, popularmente conhecida como “árvore-da-borracha”.

O ciclo da borracha voltou ao seu ápice durante o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial, o que favoreceu as trocas amazônicas (GARFIELD, 2013, p. 20). O Instituto Agrônômico do Norte juntamente à Divisão de Terras e Colonização (1938) e ao Serviço de Grandes Endemias (1937), trataram de incorporar a região à economia nacional e promover a fixação do homem à terra no projeto da Marcha para Oeste. O primeiro órgão distribuiria de 20-50 hectares de terras públicas, além de crédito e assistência social aos pequenos proprietários. E o segundo órgão, estudaria a diversificação de culturas no solo amazônico e uma forma de exterminar o fungo que atacava a *hevea brasiliensis* (GARFIELD, 2013, p. 22).

A alta demanda pela borracha fez com que multinacionais como a Goodyear, Firestone, Pirelli criassem fábricas em São Paulo, controlando cerca de 90% da produção bens pesados da borracha brasileira. Vargas soube explorar muito bem o conflito de interesses entre Estados Unidos e Alemanha, criando uma rivalidade e negociando com os dois países, em troca daquele que oferecesse mais ao Brasil. Os EUA acabaram cedendo ao pedido brasileiro, culminando no Acordo de Washington, devido ao grande interesse pela borracha e por outros produtos, além da utilização do nordeste brasileiro como região estratégica para o conflito mundial. Vale ressaltar o crescente medo dos EUA de que o Eixo conseguisse os nossos recursos antes deles (GARFIELD, 2013).

A importância do novo Ministério da Agricultura do regime Vargas era clara através da criação do já citado Instituto Agrônômico do Norte e do foco dedicado à Amazônia. As diversas pesquisas realizadas pelo órgão vinham por incorporar a produção da região à economia nacional, antes esquecida por descaso do governo central, assim como o resto da hinterlândia. Garfield (2013) afirma que, antes de 1930, o Ministério da Agricultura possuía 14 centros de pesquisas espalhados pelo país e nenhum deles estava localizado na região Amazônica. A própria seleção de sementes, experimentos, instruções, eram comandadas por engenheiros, devido à demora na formação, especialização de agrônomos. A situação teve uma mudança drástica com o Estado Novo:

Indeed, during the Vargas era, the professional status and political influence of agronomists and plant scientists waxed: between 1937 and 1945, the Ministry of Agriculture was directed by two agronomists, Fernando Costa and Apolônio Sales. Moreover, amidst broader societal concern with health, fitness, and eugenics, plant scientists monitored popular diets for nutritional balance and vitamin intake (GARFIELD, 2013, p. 37)

Dentro da questão da borracha, o artigo da Coluna Editorial, intitulado de “*Panorama da atividade governamental*”, de 1941, apresenta o tema de defesa das riquezas nacionais, realizado pelo IAN em conjunto com a Comissão de Defesa da Economia Nacional. A proposta desta comissão foi a criação da Organização Financeira Reguladora do Comércio da Borracha, que trabalharia em conjunto com o Instituto Agrônômico do Norte e um delegado do Governo Federal, situado no RJ. Nos objetivos do projeto, o produtor receberia uma parte dos lucros da venda, organizado desde o seringueiro até o exportador pelo papel conjunto destes órgãos e de seus funcionários.

Através dos acordos celebrados em Washington, no ano de 1942, entre o governo brasileiro e o norte-americano com a empresa *Rubber Reserve Company*, determinou-se por um decreto-lei que o Ministério da Fazenda promoveria todos os atos para a constituição do Banco de Crédito da Borracha S.A. O banco foi organizado sob a forma de sociedade anônima, tendo a sua administração composta por três brasileiros e dois norte-americanos, conforme seu estatuto. O banco seria responsável por fornecer assistência financeira aos produtores, por meio de empréstimos, para aqueles que tivessem interesse na extração, comércio da borracha e na aquisição de maquinários, utensílios, materiais para as etapas do processo. Também deveria oferecer financiamento para ajudar no desenvolvimento de meios de transporte para escoar a produção e trabalhar em conjunto com o IAN (GARFIELD, 2013).

Segundo outro artigo da Coluna Editorial, denominado de “*Um mês de realizações governamentais (outubro 1942)*”, esta questão já estava acertada em 1942 através de decreto-lei que determinava que toda borra-

cha produzida no país teria sua operação final no Banco de Crédito da Borracha S.A. Assim, o valor da borracha ficava apreendido no Banco até o pedido dos respectivos direitos de terceiros. A divisão dos valores ocorria da seguinte forma:

O valor líquido, depois de vendida a borracha, distribuir-se-á na proporção de 60 por cento para o seringueiro, 33 por cento para o seringalista e 7 por cento para o proprietário, sendo esta proporção aplicada a partir desta data até mesmo nos contratos de arrendamento já existentes. O proprietário que explorar diretamente suas terras terá direito a 40 por cento da borracha nela extraída. Ao Banco de Crédito da Borracha S.A. compete fiscalizar a distribuição das percentagens estabelecidas e, bem assim, mediante previa aprovação do Presidente da República, alterar sua relação [...] (COLUNA EDITORIAL, 1942, p. 219).

Ainda em 1942, a revista *Cultura Política* continuava a apresentar os resultados deste projeto político, através do artigo intitulado “*O Ministério da Agricultura no quinquênio 1937-1942*”, presente na Coluna Editorial de 1942, afirmando a plena atividade do IAN. Segundo o artigo, o órgão já possuía mais de quarenta prédios no Pará, com laboratórios, residências de técnicos, operários, pavilhões de máquinas, escritórios, totalizando 40.000 hectares e uma cultura de 850.000 seringueiros. Entretanto, é ao final do Estado Novo em 1945, que a revista dedica o artigo “*Recuperação e ressurgimento da Amazônia*” para apresentação dos resultados da política econômica na região Amazônica. A produção nacional da borracha subiu de 16.178 toneladas em 1940, para 28.478 toneladas na safra de 1944. A notável melhora, na opinião da Coluna Editorial, ocorreu por meio da cooperação e assistência mútua entre o Brasil e os Estados Unidos e dos acordos e empréstimos, já discutidos aqui. A *Rubber Reserve Company* tinha obrigação de adquirir todos os pneumáticos e câmaras de ar produzidas no país, segundo os preços fixados em 1941 pela tabela da Comissão de Defesa da Economia Nacional. O Banco de Crédito da Borracha, em 1943 obteve lucro líquido de Cr\$ 9.211.451,30, demonstrando como o banco obtinha resultados positi-

vos na elevação da qualidade da goma amazônica, que apresentava uma melhora de 85% na classificação das impurezas da borracha brasileira.

Os laboratórios e viveiros do IAN, com um milhão de mudas, segundo o artigo, tinham realizado experiências que apontavam um maior rendimento para uma nova *hévea*, que facilitara a recuperação econômica da Amazônia, a maior produção e também como forma vantajosa de enfrentar a concorrência da Ásia. Aqueles enviados ao Norte do país, rotulados de “soldados da borracha”, receberam providências do governo através do decreto-lei nº5.225, de 1 de fevereiro de 1943, que equiparou o trabalho dos seringueiros à situação dos combatentes ativos do Exército brasileiro, adiando a incorporação até o fim dos seus serviços. Ao final de 1941, a exportação da borracha atingia a cifra de Cr\$ 8.185 e ao final de 1944, Cr\$ 14.047. Dessa forma, o que se construiu ao Norte do Brasil demonstrava o ressurgimento da região Amazônica ligada novamente à economia nacional.

Segundo este artigo, outros investimentos também vieram e foram um sucesso, como a criação da Fordlândia no Pará, pela concessão de um terreno por ordens do governador Dionísio Bentes, antes de 1930. A ideia de Henry Ford consistia na criação da maior plantação de seringueiras do mundo, que serviriam para abastecer borracha na sua empresa norte-americana, a Ford Motor Company. Entretanto, conforme os estudos de Antonio Marcos Duarte Jr. (2014, p.4), todo planejamento tinha sido feito em Dearborn pelos norte-americanos, sem nenhum conhecimento da realidade amazônica, ocasionando problemas desde o início das instalações.

Ou seja, em 1945 os intelectuais da revista *Cultura Política* tinham conhecimento das inúmeras dificuldades, revoltas dos funcionários, falta de planejamento condizente com a região e o fato de que não tinham encontrado as riquezas imaginadas (minérios, pedras preciosas), as seringueiras não produziam quase nenhuma borracha devido ao esgotamento do solo e às queimadas realizadas pela falta de equipamentos adequados. Somente em 1941, com a construção de novos planos em Belterra, os EUA conseguiram produzir uma quantidade de borracha

suficiente para enviar à empresa. Entretanto, segundo Duarte Jr. (2014, p.8), o contexto mundial cortou qualquer investimento nesse empreendimento que já estava fadado ao fracasso desde o início.

Podemos concluir que nesse sentido, a revista e o seus intelectuais tentaram vender uma imagem exagerada da riqueza amazônica, muitas vezes fantasiando o que realmente aconteceu, como afirma Seth Garfield (2013, p. 27). Neste capítulo, foram citadas uma série de medidas práticas, legais, idealizadas pelo Estado Nacional no campo econômico, que condicionaram o projeto político da Marcha para Oeste e incitaram o nacionalismo brasileiro. Devido à extensão do trabalho e desta questão, seria impossível abordar todos aspectos e detalhes referentes a cada umas das ideias, dessa forma optei por escolher aqueles projetos econômicos que mais apareceram nas páginas da revista *Cultura Política* e no discurso dos seus intelectuais.

## Conclusão

Dado o exposto em todos os capítulos anteriores, é possível observar um ponto de convergência central em todas justificativas dos intelectuais, colocado como consequência da “marcha para Oeste”: o nacionalismo. O regime do Estado Novo, autoritário-nacionalista, utilizou-se da “Marcha para Oeste” numa espécie de afirmação da “brasilidade” no interior do país. A demarcação de fronteiras culminava na necessidade de afirmar a Nação e o seu território nacional. Da mesma forma que este é um ponto central, não é possível afirmar que todas justificativas políticas e econômicas foram apenas parte do plano ideológico.

Após a seleção dos artigos e a análise dos mesmos, podemos listar as principais justificativas desenvolvidas pelos intelectuais, que afirmaram a necessidade e a relevância do povoamento do interior do país: desequilíbrio populacional entre a área rural e o litoral; segurança nacional, defesa fronteiras; riquezas abandonadas, esquecidas; descaso do governo central; brusco processo de abolição da escravatura; bandeirantismo histórico; abundância da região Amazônica; colonização desordenada.

Muitas destas justificativas não eram inovadoras e foram apenas reutilizadas pelos intelectuais, como o caso do bandeirismo histórico, trabalhado por uma série de autores antes de Cassiano Ricardo, como por exemplo Afonso d’Escragnoille Taunay, Alfredo Ellis Jr., José de Alcântara Machado. A região Amazônica também teve seu discurso construído pela influência de Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Alfredo Ladislau, nas páginas da revista *Cultura Política*. A Amazônia, ao mesmo tempo que era o “inferno verde”, pelas dificuldades de conquista impostas pela natureza, também era o futuro do país e dos recursos que utilizaríamos na nossa indústria nacional e na Segunda Guerra Mundial (ANDRADE, 2010).

Além da utilização de uma retórica pré-existente, também podemos concluir que nem sempre as justificativas condiziam com a realidade. Um dos argumentos amplamente utilizado pelos intelectuais colocava o Império e todo descaso do governo central desde a colonização como responsável pelo vazio da hinterlândia. Nesse sentido, Ângela de Castro Gomes (2002, p.167) desmistifica esse discurso, afirmando que os colonos portugueses não eram “caranguejos” por comodidade e sim pela necessidade de assegurarem as suas posses através do litoral. A construção de fortes era uma forma de resguardar o território, através do princípio de *uti possidetis*, afirmando o direito legal sobre o território, por ter sido Portugal o primeiro a ocupar e garantir a posse da disputa territorial com a Espanha. O mesmo ocorreu na questão Amazônica, altamente popularizada pela propaganda do DIP para atrair imigrantes, prometendo inúmeras riquezas e sucesso econômico. Este discurso muitas vezes acabou vendendo uma imagem exagerada, fantasiando como realmente era a vida ao Norte do país (GARFIELD, 2013, p. 27).

Apesar de observarmos uma recorrência das justificativas no pensamento dos intelectuais, não foi possível observar um consenso sobre uma suposta “justificativa principal”. Dessa forma, é possível concluir que todos trabalhavam em conjunto, para construir um discurso que contribuísse ao projeto político da “marcha para Oeste”, apoiando as justificativas elaboradas pela sua geração, sem questionar os argumentos dos demais.

Também é possível concluir que todo discurso construído para justificar a “marcha para Oeste”, independentemente de ser baseado em momentos anteriores, necessitava de medidas práticas no campo político e econômico para a sua concretização. O Estado Novo, então, trabalhou para aprimorar a legislação mineral (Código de Minas), as formas de escoamento da produção (planos de viação com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, plano de comunicações), assistência social ao trabalhador rural (Fundação Brasil Central, colônias agrícolas), negociações com os EUA e Alemanha das nossas riquezas durante a Segunda Guerra Mundial, atualização da legislação da entrada de imigrantes (De-



partamento Nacional Imigração), institutos para defesa econômica das regiões com seus principais produtos (Instituto Agrônômico do Norte no caso da Amazônia).

A diferença entre o caso dos Estados Unidos e do Brasil na expansão da fronteira também foi um ponto claro, com contextos completamente distintos. Apesar da similaridade com as duas primeiras etapas da tese de Turner, na questão da adaptação do homem (neste caso o português), os obstáculos encontrados no Brasil, como afirma Artur Hehl Neiva (1942, p. 223), colocavam o caso brasileiro como um caso à parte, no qual a colonização enfrentou diversas barreiras físicas, naturais, no processo da colonização e povoamento. A expansão rumo ao Oeste, aqui, não era uma forma de conseguir maior autonomia em relação à metrópole, como no caso dos EUA, e sim, uma forma de obter riquezas e retornar ao litoral, abandonando a hinterlândia.

Devido à extensão deste trabalho, muitos aspectos tiveram que ser tratados brevemente, dando ênfase ao objetivo de analisar o discurso da revista, as medidas políticas, econômicas adotadas pelo Estado Novo e procurar analisá-las. Entretanto, seria possível explorar muito mais o discurso histórico que o Estado Novo incorporou para embasar suas justificativas, como as obras de diversos escritores sobre a questão Amazônica, os bandeirantes etc. Também seria possível analisar a importância da obra de Cassiano Ricardo, *“Marcha para oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil”*, dentro do projeto político. Para outra pesquisa, também seria possível questionar a continuidade da “marcha para Oeste” do regime Vargas na ditadura militar brasileira.

Dado todo o exposto, é possível concluir que o Brasil Republicano e, especialmente, o Estado Novo tinha o objetivo de ser o período da “marcha para Oeste” e da conquista das “fronteiras internas”, não apenas no aspecto geográfico, mas no povoamento da região, proporcionando condições econômicas, sociais para o homem povoar o interior do país, símbolo da verdadeira “brasilidade”, na opinião dos intelectuais do período.

## Fontes

- ALBERTO, João. *O Vale do Xingú*. In: *Cultura Política*, v. 3, n. 29, julho 1943, p. 173
- BITTENCOURT, José. *O presidente Getúlio Vargas e o caminho do ocidente*. In: *Cultura Política*, v. 3, n. 27, maio. 1943, p. 32
- CARVALHO, Péricles Melo. *A concretização da “Marcha para o Oeste”*. In: *Cultura Política*, v. 1, n. 8, agosto 1941, p. 13
- COLUNA EDITORIAL. *A Economia dos Estados: II) Pernambuco*. In: *Cultura Política*, v.1, n.6, agosto. 1941, p. 129
- \_\_\_\_\_. *Aspectos da riqueza do Brasil*. In: *Cultura Política*, v. 1, n. 8, agosto. 1941, p. 147
- \_\_\_\_\_. *O Ministério da Agricultura no quinquênio 1937-1942*. In: *Cultura Política*, v. 2, n. 21, nov. 1942, p. 55
- \_\_\_\_\_. *Panorama da atividade governamental II*. In: *Cultura Política*, v. 1, n. 2, out. 1941, p. 219
- \_\_\_\_\_. *Panorama da atividade governamental*. In: *Cultura Política*, v. 1, n. 6, agosto. 1941, p. 209
- \_\_\_\_\_. *Recuperação e ressurgimento da Amazônia*. In: *Cultura Política*, v. 5, n. 50, março, abril e maio de 1945, p. 122
- \_\_\_\_\_. *Um mês de realizações governamentais*. In: *Cultura Política*, v. 2, n. 22, out. 1942, p. 222
- FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. *O Estado Nacional, Goiânia e a redivisão política do Brasil*. In: *Cultura Política*, v. 4, n. 37, fev. 1944, p. 140
- FONSECA, Sílvio. *Uma viagem ao Brasil Central*. In: *Cultura Política*, v. 4, n. 42, julho. 1944, p. 7

- GALVÃO, Francisco. *O sentido social da Amazônia*. In: *Cultura Política*, v. 1, n. 1, março 1941, p. 149
- LAGOA, José da Rocha. *Siderurgia – viga mestra da economia nacional*. In: *Cultura Política*, v. 1, n. 5, jul. 1941, p. 11
- Leite, Edgar Teixeira. *A Economia dos Estados: II) Pernambuco / Conclusão*. In: *Cultura Política*, v. 1, n. 8, agosto. 1941, p. 129
- MESQUITA, José de. *Espírito mato-grossense*. In: *Cultura Política*, v. 2, n. 13, mar. 1942, p. 55
- NEIVA, Artur Hehl. *Evolução da política imigratória no Brasil*. In: *Cultura Política*, v. 1, n. 2, abril. 1941, p. 42
- NEIVA, Artur Hehl; VARGAS, Getúlio Dornelles. *A imigração e a colonização no governo Vargas*. In: *Cultura Política*, v. 2, n. 21, nov. 1942, p. 217
- OLIVEIRA, Beneval de. *Variações sobre povoamento e política demográfica*. In: *Cultura Política*, v. 3, n. 33, out. 1943, p. 61
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- RICARDO, Cassiano. *O Estado Novo e o seu sentido bandeirante*. In: *Cultura Política*, v. 1, n. 1, março 1941, p. 111
- ROLLEMBERG, Luiz Dias. *A unidade econômica do Brasil e a fixação do Brasil e a fixação da política do zoneamento*. In: *Cultura Política*, v.4, n. 43, agosto. 1944
- ROLLEMBERG, Luiz Dias. *Política econômica do Brasil*. In: *Cultura Política*, v. 1, n. 9, nov. 1941, p. 309
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Fronteira*. In: *Cultura Política*, v. 1, n. 2, abril. 1941, p. 24
- TRAVASSOS, Mário. *Nossa política de comunicações*. In: *Cultura Política*, v. 1, n. 3, julho. 1941, p. 28

VARGAS, Getúlio Dornelles. *O Discurso do Rio Amazonas*. In: *Cultura Política*, v. 1, n. 9, nov. 1941, p. 227

VITOR, Newton. *O Desenvolvimento Rodoviário do Brasil*. In: *Cultura Política*, v. 1, n. 9, out. 1941, p. 127

## Referências

ABREU, Alzira Alves de. *Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)*. FGV/CPDOC, s.d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-siderurgica-nacional>>. Acesso em 05 maio 2018.

ABREU, Marcelo de Paiva. A economia brasileira e a segunda guerra mundial: o setor externo. In: NEUHAUS, Paulo (org.) *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 357-86.

ANDRADE, Ricardo Baretto de. A regulação do pós-lavra no Direito Minerário brasileiro. *Revista de Direito, Estado e Recursos Naturais*, v.1, n.1, p. 79-106, 2011.

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Bol. Mus. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v.5, n.2, p. 453-68, maio-ago, 2010.

ARAÚJO, Rejane. *DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda*. FGV/CPDOC, s.d. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP> >. Acesso em 05 maio 2018.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

AVILA, Arthur Lima de. *E da fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis* de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre. 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BARROSO, Lucas Abreu. *Propriedades dos recursos minerais e propriedade do solo e do subsolo no ordenamento jurídico brasileiro*. – Aduaneiras. Disponível em: <<http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/artigos/pdf/solo.pdf> >. Acesso em: 23 março 2017.

- BASTOS, Elide Rugai. A revista *Cultura Política* e a influência de Ortega y Gasset. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs.) *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 146-172.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 107-45
- CASAZZA, Ingrid Fonseca. Ciência, patrimonialização e conservação da natureza (1930-1939). *XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Florianópolis – SC: Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios, julho 2015.
- CASTRO, Débora Soares. Política de imigração e as minorias étnicas durante o Estado Novo: o caso dos ciganos. *Conversas e controvérsias*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 20-31. 2011/2.
- CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e a Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 393-423, 2002.
- DUARTE JR., Antonio Marcos. Fordlândia e Belterra: as cidades de Henry Ford na Amazônia. *GVcasos – FGV*, São Paulo, v. 5, n. 1, jan-jun 2015.
- ESTERCI, Neide. As Bandeiras: modelo de democracia para o Estado Novo. In: MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; NEVES, Delma Pessanha. *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013, p. 39-59.
- FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Ângela de Castro. *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Volume 4, Olhando para Dentro 1930-1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 91-143.
- FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- GARCIA, Néelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.

GARFIELD, Seth. *In search of the Amazon: Brazil, the United States, and the nature of a region*. Durham: Duke University Press, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. Através do Brasil. In: GOMES, Angela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves, ALBERTI, Verena (orgs.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002. p. 156-216.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

HACKENHAAR, Clayton. O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): disputas políticas e conflitos culturais. *XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Florianópolis – SC: Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios, julho 2015.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: julho, 2011.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Fundação Brasil Central e as relações entre Estado e territórios no Brasil. In: SILVA, Sandro Dutra e; PIETRAFESA, Jose Paulo; FRANCO, José Luiz Andrade; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (orgs.) *Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013, p. 75-87.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. *Rumo à Amazônia, terra de fartura*: Jean-Pierre Chabloz e os cartazes concebidos para o serviço especial de mobilização de trabalhadores para a Amazônia. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 2012.

- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Apresentação. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. RJ: Zahar Editores, 1982, p. 7-12.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. *Política & Sociedade*, n. 12, abril de 2008, p. 13-21.
- PÉCAUT, Daniel. A geração dos anos 1920-40. In: \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 19-74.
- PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; LESSA, Simone Narciso. O processo de planejamento e desenvolvimento do transporte rodoviário no Brasil. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 12, n. 40, dez/2011, p. 26-46.
- SANTOS, Camila Comerlato. *Território Federal de Ponta Porã: o Brasil de Vargas e a Marcha para o Oeste*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2016.
- SECRETO, Maria Verónica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-35.
- SILVA, Lucas Silva da. *Porto Alegre e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945): impactos no cotidiano da capital gaúcha*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2009.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996, p. 231-71.
- SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. New York: H. Holt, 1928.

- VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 145-81
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. Código de Minas. FGV/CPDOC, s.d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/codigo-de-minas>>. Acesso em: 5 maio 2018.
- WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The first Vargas Regime, 1930-1945*. Durham: Duke University Press, 2001.



## Anexos

Autor	Artigo	Referência	Cargo
Péricles Melo Carvalho	<i>A concretização da "Marcha para o Oeste".</i>	v. 1, n. 8, agosto 1941.	Diretor de Serviço no Departamento Nacional de Imigração
Francisco Galvão	<i>O sentido social da Amazônia</i>	v.1, n.1, março 1941.	Ex-deputado no Amazonas
Cassiano Ricardo	<i>O Estado Novo e o seu sentido bandeirante</i>	v.1, n.1, março 1941.	Escritor, poeta, jornalista, diretor do jornal "A Manhã"
Nelson Werneck Sodré	<i>Fronteira</i>	v.1, n. 2, abril. 1941	Escritor consagrado, sociólogo, crítico literário e capitão do Exército Nacional
Artur Hehl Neiva	<i>Evolução da política imigratória no Brasil</i>	v.1, n.2, abril. 1941	Diretor Geral do Expediente e Contabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal
Mário Travassos	<i>Nossa política de comunicações</i>	v.1, n.3, julho. 1941	Tenente-Coronel, Instrutor Chefe do Curso de Preparação da Escola de Estado Maior do Exército
José da Rocha Lagoa	<i>Siderurgia - viga mestra da economia nacional</i>	v.1, n. 5, julho. 1941	Professor na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil
Coluna Editorial	<i>Panorama da atividade governamental</i>	v.1, n.6, agosto. 1941	Em nenhuma das edições foram informados os membros da Coluna Editorial
Coluna Editorial	<i>A Economia dos Estados: II) Pernambuco.</i>	v.1, n.8, agosto. 1941	Em nenhuma das edições foram informados os membros da Coluna Editorial
Edgar Teixeira Leite	<i>A Economia dos Estados: II) Pernambuco / Conclusão</i>	v.1, n.8, agosto. 1941	Vice-presidente da Sociedade Nacional da Agricultura
Coluna Editorial	<i>Aspectos da riqueza do Brasil</i>	v.1, n.8, agosto. 1941	Em nenhuma das edições foram informados os membros da Coluna Editorial
Coluna Editorial	<i>Panorama da atividade governamental II</i>	v.1, n.2, out. 1941	Em nenhuma das edições foram informados os membros da Coluna Editorial
Newton Vitor	<i>O Desenvolvimento Rodoviário do Brasil</i>	v.1, n.9, out. 1941	Jornalista em Pernambuco
Luiz Dias Rollemberg	<i>Política econômica do Brasil.</i>	v.1, n.9, nov. 1941	Ex-Deputado Federal pelo Estado de Sergipe, escritor e jornalista
Getúlio Dornelles Vargas	<i>O Discurso do Rio Amazonas</i>	v.1, n.9, nov. 1941	Presidente da República

José de Mesquita	<i>Espírito mato-grossense</i>	v.2, n.13, mar. 1942	Desembargador do Tribunal de Apelação, Presidente da Academia Mato Grossense
Coluna Editorial	<i>Um mês de realizações governamentais</i>	v.2, n. 22, out. 1942	Em nenhuma das edições foram informados os membros da Coluna Editorial
Coluna Editorial	<i>O Ministério da Agricultura no quinquênio 1937-1942</i>	v. 2, n.21, nov. 1942	Em nenhuma das edições foram informados os membros da Coluna Editorial
Artur Hehl Neiva	<i>A imigração e a colonização no governo Vargas</i>	v.2, n.21, nov. 1942	Diretor Geral do Expediente e Contabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal
Getúlio Dornelles Vargas	<i>A imigração e a colonização no governo Vargas</i>	v.2, n.21, nov. 1942	Presidente da República
José Bittencourt	<i>O presidente Getúlio Vargas e o caminho do ocidente.</i>	v.3, n. 27, maio. 1943	Secretário do D.E.I.P. de Goiás
João Alberto	<i>O Vale do Xingú</i>	v.3, n. 29, julho. 1943	Embaixador do Brasil no Canadá (1941-42); Coordenação Mobilização Econômica (1942)
Beneval de Oliveira	<i>Variações sobre povoamento e política demográfica.</i>	v.3, n. 33, out. 1943	Ex-professor de Geografia e História da Civilização do Instituto Brasileiro de Cultura
Paulo Augusto de Figueiredo	<i>O Estado Nacional, Goiânia e a redivisão política do Brasil.</i>	v.4, n.37, fev. 1944	Ex-professor na Faculdade de Direito de Goiás; Promotor Público em Bomfim-Goiás
Sílvio Fonseca	<i>Uma viagem ao Brasil Central</i>	v.4, n.42, julho. 1944	Correspondente de Guerra da Agência Nacional junto à F.E.B.
Luiz Dias Rollemberg	<i>A unidade econômica do Brasil e a fixação do Brasil e a fixação da política do zoneamento.</i>	v.4, n. 43, agosto. 1944	Ex-Deputado Federal pelo Estado de Sergipe, escritor e jornalista
Coluna Editorial	<i>Recuperação e ressurgimento da Amazônia</i>	v.5, n. 50, março, abril e maio de 1945	Em nenhuma das edições foram informados os membros da Coluna Editorial

Tabela 1: Artigos selecionados, referências e identificação dos autores da revista *Cultura Política (1941-1945)*.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



**[www.editorafi.org](http://www.editorafi.org)**  
**[contato@editorafi.org](mailto:contato@editorafi.org)**